

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

NIVIA LETICIA DINIZ MOURA

**PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO NA
BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO: processos e
concepções**

São Luís
2020

NIVIA LETICIA DINIZ MOURA

**PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO NA
BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO: processos e
concepções**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia, da Universidade Federal
do Maranhão, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Valdirene Pereira
da Conceição

São Luís

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Moura, Nivia Leticia Diniz.

Práticas de Representação Descritiva da Informação na
Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão :
processos e concepções / Nivia Leticia Diniz Moura. -
2020.

69 f.

Orientador(a): Valdirene Pereira da Conceição.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Catalogação na Biblioteca universitária. 2.
Prática de Catalogação. 3. Representação Descritiva. I.
Conceição, Valdirene Pereira da. II. Título.

NIVIA LETICIA DINIZ MOURA

**PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO NA
BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO: processos e
concepções**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia, da Universidade Federal
do Maranhão, como requisito para obtenção
do Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em ____/____/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Valdirene Pereira da Conceição (Orientadora).
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^a. Dra. Silvana Maria de Jesus Vetter.
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

À minha mãe, por toda luta enfrentada para que suas filhas pudessem ter uma boa educação, pelas suas batalhas diárias para nos criar e por toda a sua dedicação. Ao meu pai, por todo carinho, compreensão e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a dádiva da vida e a força para concluir todo esse trabalho.

À minha orientadora, Prof.^a Valdirene Pereira da Conceição, pelos momentos de orientação, mas principalmente pela paciência, incentivo e por acreditar em mim, até quando eu mesma não acreditava.

Às bibliotecárias da Biblioteca Setorial da Universidade Estadual do Maranhão, pelo pronto atendimento na aplicação do questionário.

À banca examinadora, pela colaboração na avaliação deste estudo.

Aos professores do Departamento, pela contribuição na minha formação acadêmica.

Aos técnicos administrativos, do Curso de Biblioteconomia, pelo apoio e convivência ao longo dos quatro anos.

Às minhas irmãs, Lívia Diniz e Laissa Diniz, à minha mãe, Lucely Diniz, ao meu irmão Alison Costa, e ao meu companheiro de vida, Marcos André, que me incentivaram e sempre acreditaram na minha capacidade.

Ao meu pai, Jailson Moura, por todo amor, compreensão e risadas, à minha segunda mãe, Cardilene Carneiro, que sempre me acolheu e apoiou em um momento difícil. Aos meus irmãos Anne Caroline, Francisco Cauê e Isabel Jamile por todo amor, afeto, carinho e apoio na vida, sou grata a vocês.

Aos meus amigos: Suyanne Claire, pelo amor e apoio em todos esses anos em que estudamos juntas; Luciene Carvalho, por todo carinho e amizade; Ana Caroline, por todas as risadas e loucuras; Mauro Travincas, pelos puxões de orelha e amizade; Fabíola Tavares, pelas oportunidades e amizade; Carlos Fábio, por se preocupar e apoiar; Victor Laércio, pela amizade e por me motivar; e Robson Lutero, por todos esses anos de amizade e, principalmente, por uma importante dica que me deu, mesmo sem perceber. A vocês, a família que a vida me deu.

RESUMO

Estudo sobre a prática de Representação Descritiva da informação. Trata de uma investigação que utiliza a pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, e o estudo de caso bem como as pesquisas bibliográficas e de campo como meios de investigação. Utiliza entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados junto aos sujeitos da pesquisa. Tem como objetivo geral analisar a prática do bibliotecário no processo de representação descritiva da informação, em bibliotecas universitárias de São Luís/MA, na perspectiva de detectar as concepções, desafios e tendências do modo de saber e fazer catalogação do bibliotecário. E como objetivos específicos: a) Identificar os instrumentos utilizados pelos bibliotecários para a representação descritiva da informação na Biblioteca Setorial da UEMA; b) Verificar os desafios no processo de representação descritiva da informação na Biblioteca Setorial da UEMA; c) Detectar o impacto das tecnologias semânticas no processo de representação descritiva da informação. Faz para tanto, uma incursão teórica metodológica da Organização do Conhecimento como domínio que se ocupa dos estudos da Representação Descritiva (Catalogação) e da Representação Temática (Indexação) da informação registrada e contextualiza. Compreende o tratamento da informação desenvolvido pelo bibliotecário como atividade essencial no processo de organização, busca e recuperação da informação. Concebe catalogação descritiva como um processo que permite identificar os itens disponíveis no acervo físico ou digital da biblioteca e que consiste na descrição bibliográfica e determinação dos pontos de acessos de um item. Aborda os princípios, normas e formatos de Descrição Bibliográfica, adotados internacionalmente destacando às diretrizes do AACR2, para a catalogação de livros, folhetos e folhas soltas, bem como o controle de autoridade como estratégia de recuperação da informação, e as tecnologias aplicadas à Representação Descritiva. Aponta como resultado que as bibliotecárias, apesar de saberem das limitações do AACR2, não acompanham as discussões acerca das mudanças no processo de catalogação, em relação aos novos instrumentos de descrição bibliográfica. Conclui que, na Biblioteca Universitária em tela, o processo de catalogação realizado pelas bibliotecárias, reflete os desafios da prática da catalogação no cenário atual, mudança de cultura, e cultura de mudança no modo de pensar e realizar a própria catalogação descritiva.

Palavras-chave: Prática de Catalogação. Representação Descritiva. Catalogação na Biblioteca universitária.

ABSTRACT

Study on the practice of Descriptive Representation of information. It deals with an investigation that uses qualitative research, with an exploratory character, and the case study as well as bibliographic and field research as means of investigation. It uses semi-structured interviews as a data collection instrument with the research subjects. Its general objective is to analyze the librarian's practice in the process of descriptive representation of information, in university libraries in São Luís / MA, with a view to detecting the concepts, challenges and trends in the librarian's way of knowing and cataloging. And as specific objectives: a) Identify the instruments used by librarians for the descriptive representation of information in the UEMA Sectorial Library; b) Check the challenges in the process of descriptive representation of information in the UEMA Sectorial Library; c) Detect the impact of semantic technologies in the process of descriptive information representation. For that, it makes a theoretical methodological incursion of the Knowledge Organization as a domain that deals with the studies of Descriptive Representation (Cataloging) and Thematic Representation (Indexing) of registered information and contextualizes it. It comprises the treatment of information developed by the librarian as an essential activity in the process of organizing, searching and retrieving information. It conceives descriptive cataloging as a process that allows the identification of the items available in the physical or digital collection of the library and that consists of the bibliographic description and determination of the access points of an item. It addresses the principles, standards and formats of Bibliographic Description, adopted internationally highlighting the guidelines of AACR2, for the cataloging of books, leaflets and loose sheets, as well as the control of authority as a strategy of information retrieval, and the technologies applied to Descriptive Representation. It points out as a result that librarians, despite knowing the limitations of AACR2, do not follow discussions about changes in the cataloging process, in relation to the new instruments of bibliographic description. It concludes that, in the University Library on screen, the cataloging process carried out by librarians, reflects the challenges of the practice of cataloging in the current scenario, culture change, and culture of change in the way of thinking and performing the descriptive cataloging itself.

Keywords: Cataloging practice. Descriptive Representation. Cataloging in the university library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Ciclo Documental e da memória	20
Ilustração 2 – Contribuições de estudiosos da Biblioteconomia	22
Ilustração 3 – Linha do tempo da catalogação	25
Ilustração 4 – Evolução dos princípios, normas e padrões	28
Ilustração 5 – Mudanças nas formas de representação de documentos	29
Ilustração 6 – Áreas de descrição	31
Ilustração 7 – Exemplo 1 de pontuação de acordo com a ISBD	31
Ilustração 8 – Exemplo 2 de pontuação de acordo com a ISBD	32
Ilustração 9 – Parte I do AACR2	32
Ilustração 10 – Parte II do AACR2	34
Ilustração 11 – Resultado da busca pelo termo exato “ufma” no catálogo de autoridades online da Biblioteca Nacional.....	37
Ilustração 12 – Resultado da busca pelo termo exato “universidade federal do maranhão” no catálogo de autoridades online da Biblioteca Nacional ..	37
Ilustração 13 – Entidades do Grupo 1 e relacionamentos primários.....	41
Ilustração 14 – Entidades do grupo 2 e relacionamentos de responsabilidade	42
Ilustração 15 – Entidades do grupo 3 e relacionamentos de assunto	43
Ilustração 16 – Modelo de relacionamentos entre as entidades	44
Ilustração 17 – Síntese da metodologia.....	47
Ilustração 18 – Entrada da Biblioteca setorial da UEMA (Prédio do Curso de História	48
Ilustração 19 – Interior da Biblioteca Setorial.....	48
Ilustração 20 – Interface do Sistema Pergamum do acervo da Biblioteca da UEMA	52

LISTA DE SIGLAS

AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano
ALA	American Library Association
BC	Biblioteca Central
BIBFRAME	Bibliographic Framework
BU	Biblioteca Universitária
CDU	Classificação Decimal Universal
E-R	Entidade-relacionamento
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAD	Functional Requirements for Subject Authority Data
IFLA	Federação Internacional de Associações e Bibliotecários
ISBD	Descrição Bibliográfica Internacional Normalizado
LC	Library of Congress
MARC	Machine Readable Cataloging
OC	Organização do Conhecimento
RDA	Resource Description and Access
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SEUS ASPECTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS	14
3	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E SEUS FUNDAMENTOS	18
3.1	Princípios, Normas e Formatos de Descrição Bibliográfica	21
3.2	Diretrizes do AACR2 para descrição bibliográfica de livros e folhetos	30
3.3	Controle de Autoridade como estratégia de recuperação da informação	35
3.4	Tecnologias Aplicadas à Representação Descritiva	39
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.1	Conhecendo o campo de pesquisa	48
5	PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	49
5.1	Perfil Profissional do Bibliotecário	49
5.2	Representação Descritiva: apreensão, aplicação e dificuldades	50
5.3	Catálogo: normas, padrões e instrumentos utilizados na Biblioteca	51
5.4	Acervo e acesso: política de tratamento de informação e controle de autoridade	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA	69

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas mudaram a forma do tratamento informacional, com o advento da internet, uma vez que a disponibilização da informação em rede trouxe consigo uma nova tipologia de recursos informacionais, acrescidos de enorme produção documental em vários formatos digitais - WORD, HTML, PDF, entre outros - e a manutenção do tradicional impresso (APARECIDA NETO, 2009).

O tratamento informacional é uma parte importante para o processo de representação dessas informações, visto que inclui a catalogação que é responsável por elaborar representações dos documentos, descrevendo tanto os aspectos físicos quanto os de conteúdo. Além da classificação, que visa identificar o conteúdo dos documentos, com duas características próprias: a determinação de um lugar para o documento em uma coleção e a utilização de um sistema de classificação bibliográfica para representar os assuntos. A indexação é a técnica mais usada para designar o trabalho de organização da informação, quando realizado para indexar e elaborar resumo, tendo por finalidade organizar informações em diversos tipos de ambientes informacionais (DIAS; NEVES, 2007).

A catalogação existe desde a Antiguidade, mantendo-se até os dias atuais como um serviço essencial na biblioteca. No entanto, para que fosse padronizada, surgiram regras e instrumentos padrões, que auxiliam e orientam essa atividade. O bibliotecário é o profissional responsável por realizar a catalogação, a fim de promover a recuperação das informações.

O interesse pelo tema surgiu a partir de experiências realizadas em disciplinas do Curso de Biblioteconomia, em especial Representação Descritiva I, na qual se percebeu a catalogação como uma atividade especializada, rica em detalhes, com abrangência para diversas áreas do conhecimento, por tratar da recuperação da informação.

A pesquisa assenta-se no esforço de conhecer a prática profissional no processo de Representação Descritiva da Informação, bem como contribuir com os estudos e pesquisa na área de Organização do Conhecimento (OC).

A necessidade de compreender o processo de catalogação em biblioteca universitária conduziu aos seguintes questionamentos: como ocorre a representação descritiva da informação nas bibliotecas universitárias? Quais são os instrumentos utilizados pelos bibliotecários no processo da representação descritiva da informação? E como as tecnologias interferiram nos instrumentos de representação descritiva e na prática do bibliotecário na organização e recuperação da informação?

Nessa direção, o objetivo desta pesquisa é analisar a prática do bibliotecário no processo de representação descritiva da informação, em bibliotecas universitárias de São Luís - Maranhão, na perspectiva de detectar as concepções, desafios e tendências no modo de saber e fazer catalogação pelo bibliotecário. Os objetivos específicos são: a) Identificar os instrumentos utilizados pelos bibliotecários para a representação descritiva da informação na Biblioteca Setorial da UEMA; b) Verificar os desafios no processo de representação descritiva da informação na Biblioteca Setorial da UEMA; c) Detectar o impacto das tecnologias semânticas no processo de representação, organização e recuperação da informação;

Desse modo, para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se uma revisão de literatura a fim de aprofundar o conhecimento sobre o assunto, cuja base teórica está pautada em autores, como: Mey (1995), Modesto (2013), Memória (2002), IFLA (2016), Assumpção (2012), Zafalon (2019), Brascher e Café (2008), Fujita (2009), entre outros, por meio de pesquisa bibliográfica e análise dos estudos realizados sobre a temática.

Assim sendo, para efeito de melhor compreensão, este estudo foi dividido em seis seções, além desta introdução, na seção 2, intitulada “Organização do conhecimento e seus aspectos teórico-metodológicos”, faz uma incursão sobre a evolução das técnicas da organização do conhecimento, bem como a sua contribuição para o processo de recuperação da informação em diferentes ambientes informacionais.

Representação descritiva e seus fundamentos, na seção 3, aborda os princípios, normas e formatos de descrição bibliográfica internacional, bem como o controle de autoridade como estratégia de recuperação da informação, tecnologias aplicadas à representação descritiva.

A seção 4, intitulada Procedimentos Metodológicos, apresenta a natureza da pesquisa e todos os procedimentos e instrumentos necessários para a sua realização.

Na seção 5, denominada “Práticas de representação descritiva de livros, folhetos e folhas soltas na Biblioteca Setorial da UEMA, momento em que se analisa o modo de fazer catalogação na Biblioteca Setorial da UEMA, destacando normas, padrões e instrumentos utilizados, bem como apreensão, aplicação e dificuldades detectadas na prática da catalogação.

Por fim, na seção 6, apresenta-se as considerações finais, bem como as limitações desta pesquisa e o indicativo de outros caminhos que podem ser tomados em pesquisas futuras, sem a pretensão de esgotar a temática.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SEUS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Desde que o homem foi capaz de pensar e falar, tratou de elaborar métodos para registrar esse conhecimento, por meio de conjunto de símbolos, com o objetivo de indicar os elementos de sua circunstância, assim como traduzir os pensamentos formulados sobre eles próprios (DAHLBERG, 1978). Esse processo de registro do conhecimento ocasionou o aumento exponencial de material bibliográfico, logo, “[...] para armazenar tanta história foram criadas as bibliotecas, símbolo das revoluções e depósito de livros.”. (NASCIMENTO; PINTO; VALE, 2013, p. 1).

Contudo, o processo de recuperação desses materiais era muito árduo, devido à falta de organização, pois além da localização física desses itens bibliográficos no acervo serem uma barreira, ainda se fazia necessário folhear vários materiais para identificar o assunto que realmente atendesse à necessidade informacional do usuário. Essas barreiras informacionais foram o ápice para despertar o desejo de elaborar e desenvolver métodos de organização dos conhecimentos produzidos, com o objetivo de propiciar a sua recuperação e disseminação, tornando-lhes acessíveis a quem as buscassem.

Assim, é possível perceber a mudança de paradigma relacionada ao uso da informação, pois esta deixou de ser tratada apenas como um item a ser “armazenado”, e passou a ter sua relevância destacada diante da sociedade, a partir do momento que se pensou em meios de organizar o conhecimento.

Na acepção dicionarista do Michaelis (2020), versão disponível na *web*, o termo “organizar” visa constituir o organismo de; estabelecer as bases de; ordenar, arranjar, dispor, ou seja, determinar a ordem, dispendo de forma sistemática, a localização de um objeto/item em um determinado espaço.

A Organização do Conhecimento (OC), surgiu com o intuito de dinamizar o processo de guarda, recuperação e disseminação da informação, uma vez que está diretamente ligada à análise de cunho semântico, que possibilita identificar características ou atributos dos conceitos, além de diferenças e semelhanças que auxiliarão o bibliotecário a estabelecer a relação entre o conhecimento a ser organizado, segundo as particularidades do domínio que se pretende representar, ou seja, agrupar os conceitos e relacioná-los de diferentes maneiras, de acordo com o seu conhecimento.

A OC é um ramo da Ciência da Informação (CI) que permite o tratamento das informações, nas mais diversas áreas do conhecimento, por meio de práticas que

abrangem a indexação, o resumo, a catalogação, classificação, entre outros. Devido à sua interdisciplinaridade, descrever a OC se torna um assunto complexo, porque a sua abordagem vai além das barreiras linguísticas, envolvendo o meio em que o usuário está inserido, visto que, este fator influencia, de forma direta, no processo de busca realizado pelo usuário.

Logo, no processo de organização do conhecimento não basta apenas ter o conhecimento da linguagem, mas também compreender o ambiente social e cultural, a fim de tornar claro o processo comunicativo entre o emissor e o receptor. Nesse processo, a eficiência é atingida a partir da conexão entre o bibliotecário e a realidade do indivíduo que busca por informação.

[...][A] organização do conhecimento toma por base a realidade de um ou mais domínios, seus componentes (termos e relacionamentos semânticos) devem refletir o modelo comunicativo de determinada comunidade (incluindo suas ambiguidades e variações), sob pena de, descrevendo parcialmente uma dada realidade, provocar baixos índices na recuperação da informação. Isto porque a informação, representada pela articulação entre o termo e seu conceito, tem seu significado variável intrinsecamente ligado ao contexto de uso [...]. (CAFÉ; BRASCHER, 2011, p. 26, grifos do autor)

Apesar de a organização do conhecimento ser uma atividade prática, ela possui uma base teórica que evolui constantemente para acompanhar o desenvolvimento das novas tecnologias e dos suportes da informação. O objetivo é garantir que o processo de descrição dos dados seja realizado de forma consistente, a fim de proporcionar maiores chances de recuperação da informação.

Nesse sentido, a informação é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento humano e é determinante para a realização de várias atividades, independentemente dos suportes da informação e das instituições. Visto que, “[...] a informação é um processo que visa o conhecimento ou mais simplesmente, informação é tudo o que reduz a incerteza. Um instrumento de compreensão do mundo e da acção sobre ele. ” (ZORRINHO, 1995, p. 15). Devido este motivo, são feitas constantes atualizações relacionadas ao processo de representação do conhecimento, com o intuito de promover a disseminação e recuperação de forma mais eficiente.

O conhecimento é transmitido por pessoas e para pessoas, mediante os meios estruturados, nos mais diversos tipos de suportes. Desse modo, obtém-se conhecimento por meio daquilo que já foi produzido, assim como por intermédio do aprendizado interpessoal e compartilhamento de experiências e ideias de outras pessoas (TEIXEIRA FILHO, 2009)

Diante disso, a Organização do Conhecimento se preocupa, em seu sentido amplo, em identificar a *priori* como o conhecimento é socialmente disposto para só então desenvolver as [suas] práticas de organização, tais como indexação e classificação, sendo estas consideradas a parte mais minuciosa desse processo. (SILVA; MOREIRA, 2015).

Brascher e Cafe (2008, p. 95) destacam, ainda, que a “OC assim como o processo de modelagem do conhecimento visa à construção de representações do conhecimento. ”. Essas representações são responsáveis por padronizar os metadados. Nesse movimento, é realizada a análise do conceito e de suas características, tentando estabelecer a posição que cada mecanismo ocupa em um determinado domínio.

A Organização do Conhecimento, segundo Lima (2015), além de realizar classificação e representação do conhecimento, também contribuiu com novas abordagens no tratamento dos problemas relacionados à crença e ao conhecimento na elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Esses sistemas conceituais representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles, a fim de facilitar a organização dos itens (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

Carlan e Medeiros (2011) afirmam que essas ferramentas semânticas, com vocabulários estruturados e formalizados, usadas para o tratamento e a recuperação da informação, tanto no ambiente *web* como no tradicional, apresentam a interpretação organizada e estruturada do objeto.

Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto às estruturas variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos. (CARLAN, 2010, p. 16)

Logo, todo esse processo de ordenar, estruturar e sistematizar os conceitos, de acordo com os atributos, além de permitir a organização, tem como principal objetivo criar métodos e ferramentas que auxiliem nesse método de representação do conhecimento mediante esses diferentes tipos de SOC.

Assim, por meio do exercício de tratamento da informação, a OC proporciona à sociedade o acesso à informação. Nesse sentido, toda informação produzida deve ser organizada e disponibilizada com o objetivo de ser socializada, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos previstos em lei. Esse procedimento fortalece a

cidadania por via de sua disseminação, pois pensar na “[...] cidadania é pensar a igualdade social e a liberdade política, é pensar a democracia”. (ARAÚJO, 1992, p.44).

Observa-se que por meio da catalogação é possível proporcionar o acesso à informação, devido à elaboração de produtos, tais como: catálogos, índices, listagens, dentre outros, que auxiliam o usuário na recuperação da informação, facilitando a busca e, conseqüentemente, o acesso à informação. Assim, a próxima seção, apresenta os fundamentos teóricos-metodológicos da representação descritiva na perspectiva de se ter uma melhor compreensão dessa técnica de organização do conhecimento.

3 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E SEUS FUNDAMENTOS

A Biblioteconomia é responsável por possibilitar o alcance às informações por meio de diversos tipos de atividades, dentre estas encontra-se a elaboração de catálogos principal instrumento de recuperação da informação em bibliotecas, atuantes como canais de comunicação entre o usuário e o acervo, conduzindo os usuários ao encontro do documento pela descrição temática e/ou física.

Segundo a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA (2016, p. 10-11), o catálogo deve ser um instrumento eficiente e efetivo que permita ao usuário:

6.1 encontrar recursos bibliográficos em uma coleção como resultado de uma busca utilizando atributos ou relacionamentos das entidades: 1 encontrar um único recurso ou um conjunto de recursos representando: todos os recursos pertencentes a mesma obra todos os recursos que materializam a mesma expressão todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação todos os recursos associados a uma determinada pessoa, família ou entidade coletiva todos os recursos sobre um determinado assunto todos os recursos definidos por outro critério (idioma, local de publicação, data de publicação, forma do conteúdo, tipo de mídia, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma limitação secundária do resultado da busca;

6.2 identificar um recurso bibliográfico ou agente (confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade buscada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

6.3 selecionar um recurso bibliográfico apropriado às necessidades do usuário (escolher um recurso que satisfaça os requisitos do usuário em relação ao meio, conteúdo, suporte, etc., ou rejeitar um recurso como sendo inapropriado às necessidades do usuário);

6.4 adquirir ou obter acesso ao item descrito (prover a informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou acessar um item eletronicamente por meio de uma conexão online com uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

6.5 navegar e explorar dentro do catálogo, por meio do arranjo lógico dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação clara dos relacionamentos entre as entidades além do catálogo, para outros catálogos e em contextos não biblioteconômicos. (IFLA, 2016, p. 10-11)

A elaboração de catálogos destacou-se como uma atividade relevante que, de acordo com Assumpção (2020), mais tarde, passa a ser denominada por catalogação.

Ainda segundo o autor, a catalogação pode ser dividida em

Catalogação descritiva ou **Representação descritiva**, que compreende a descrição do recurso informacional e a atribuição dos pontos de acesso relacionados aos títulos e aos responsáveis pelo recurso, por exemplo, os títulos principais, da obra, da série e dos capítulos, os autores, os tradutores e os organizadores;

Catalogação de assunto ou **Indexação**, que compreende a análise do recurso informacional, a identificação dos conceitos nele abordados que possam ser de interesse dos usuários e a atribuição dos pontos de acesso de assunto representando esses conceitos. (ASSUMPÇÃO, 2020, p. 30)

Partindo de todo esse contexto já referido, nesta pesquisa, o foco orbita em torno da representação descritiva, pois todo documento tem conjunto de metadados que os

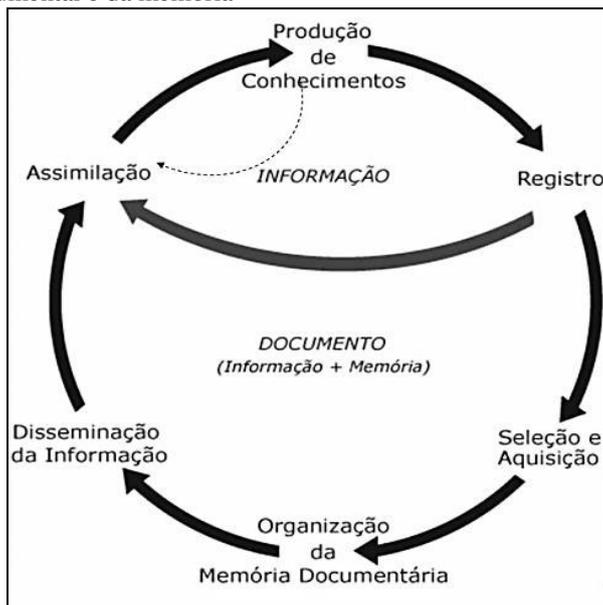
representam, tais como: nome do autor, título, local, editoras etc. Segundo Café e Sales (2010, p. 118), “[...] as representações da informação resultantes deste processo são as palavras-chave ou descritores que reunidos podem formar índices”. Este método auxilia no exercício de estruturação e padronização desses dados facilitando sua recuperação.

A catalogação, por possibilitar essa padronização de dados, permite ao bibliotecário descrever as características tanto de conteúdo quanto físicas dos materiais. Desta maneira, minimiza as interpretações individuais no processo de descrição dos objetos, individualizando-os, ou seja, tornando-os únicos. Tal descrição bibliográfica permite a identificação e a seleção do recurso, uma vez que verifica se o documento encontrado satisfaz as necessidades informacionais do usuário, além de auxiliar em seu acesso.

Segundo Baptista (2007), a prática de catalogação realiza a descrição e representação detalhada do objeto informacional, estabelecendo conexões formais e semânticas entre obras, autorias, assuntos, e outros elementos explicativos, e tanto funcionam como instrumento para recuperação de um item específico, como também ampliam o conhecimento em si, nas mais diversas áreas. Dessa forma, condiz numa etapa importante no ciclo documental.

O ciclo documental é considerado como um sistema devido à sua estrutura que possui três elementos básicos, sendo estes: entrada, processamento e saída. Cada etapa deste ciclo é pré-requisito para as etapas subsequentes, realizando o movimento de retroalimentação constante. Desse modo, cada estágio deve ser bem definido no intuito de que seja possível a disponibilização dos produtos ao usuário. (Ilustração 1).

Ilustração 1 - Ciclo Documental e da memória



Fonte: Dodebei (2012).

Como se pode observar na Ilustração 1, o ciclo documental se inicia com a produção e registro de conhecimentos. Posteriormente, é feita a seleção do material para uma unidade de informação, e, em seguida, é realizada a sua aquisição. Após esta etapa, o item é registrado e tombado pela unidade onde é encaminhado para o serviço de processamento, iniciando-se, assim, o processo de catalogação.

Esse processo individualiza os objetos documentais, por meio de métodos de tratamento da informação, com base nas seguintes etapas: identificação do tipo de documento a ser descrito; leitura técnica das fontes de informação do documento; descrição bibliográfica; determinação dos pontos de acesso (principais e secundários) e interligação destes mediante remissivas e padrões. Cada passo desta operação é imprescindível para que o ciclo documental seja executado com consistência, possibilitando a sua recuperação e disseminação.

A catalogação, como se pode perceber, é uma parte essencial para o ciclo documental, visto que permite extrair e representar conceitos e significados criados pela mente humana e registrá-los por meio de linguagens e símbolos. Os “modelos de representação” se tornam indispensáveis e oportunos, uma vez que objetivam exercer tal função. (AGANETTE; TEIXEIRA; AGANETTE, 2017, p. 178). Logo, a catalogação “[...] juntamente com classificação e indexação, compõe o tripé característico da etapa conhecida como “análise”. (BAPTISTA, 2007, p. 2)

Para garantir o acesso aos materiais bibliográficos, organizados nas unidades de informação, faz-se necessário aplicar alguns requisitos essenciais, dentre eles a

descrição bibliográfica - também conhecida como catalogação, que “[...] é a representação sintética e codificada das características de um item, de forma a torná-lo único entre os demais.” (MEY, 1995, p. 43). Tal atividade de descrição tem como objetivo fornecer uma representação do documento, o que permite identificá-lo, localizá-lo, representá-lo nos catálogos correspondentes e recuperá-lo.

A descrição bibliográfica compõe-se de áreas que são subconjuntos de dados correspondentes a categorias particulares de informações, sendo que cada elemento de dados descreve um aspecto do documento. Algumas áreas são indispensáveis e aparecem sempre nas descrições bibliográficas, embora sua ordem possa variar de um sistema a outro e de um tipo de documento a outro. Outras são opcionais. Cada área pode ter um único elemento ou vários elementos inter-relacionados, e estes podem ser obrigatórios ou facultativos. (HUDSON, 2009, on-line)

Assim, com o surgimento da tecnologia da informação ocorre, também, a necessidade de normalizar a descrição dos dados para facilitar seu compartilhamento, além de auxiliar na cooperação entre as unidades informacionais. Dessa forma, a partir da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), em 1969, criou-se um padrão de Descrição Bibliográfica Internacional Normalizado (ISBD), a qual estabeleceu uma estrutura básica dividida em oito áreas de descrição: 1 Área do Título e Indicação de Responsabilidade (Regra AACR2 - 1.1 E 2.1); 2 Indicação de Responsabilidade (Regra AACR2 - 1.1F e 2.1F); 3 Área De Edição (Regra AACR2 - 1.2 e 2.2); 4 Área da Publicação, Distribuição, Etc. (Regra AACR2 - 1.4 e 2.4); 5 Área da Descrição Física (Regra AACR2 - 1.5 e 2.5); 6 Área da Série (Regra AACR2 - 1.6 E 2.6); 7 Área das Notas (1.7 E 2.7); e 8 Área Do Número Normalizado (1.8 E 2.8).

3.1 Princípios, Normas e Formatos de Descrição Bibliográfica

Os estudos iniciais em catalogação deram margem cada vez mais estruturadas na busca por maior eficiência e eficácia na prática Biblioteconômica, especialmente no desenvolvimento de atividades rotineiras que visam à padronização de processos de organização e recuperação da informação, a exemplo a catalogação. Entre estes estudos e pesquisas, temos a contribuição do quinteto basilar de teóricos da organização do conhecimento, Ranganathan, Antonio Panizzi, Charles C. Jewett, Charles A. Cutter e Seymour Lubetzky, em relação à elaboração de princípios, normas e formatos de descrição, conforme se pode visualizar na Ilustração 2.

Ilustração 2 - Contribuições de estudiosos da Biblioteconomia

RANGANATHAN	ANTONIO PANIZZI	CHARLES C. JEWETT	CHARLES A. CUTTER	SEYMOUR LUBETZKY
<ul style="list-style-type: none"> • Cinco Leis; 	91 regras catálogo: <ul style="list-style-type: none"> • Facilita o acesso às obras da coleção; • Reúne recursos iguais e diferencia dos parecidos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir as edições de uma obra entrada pelo título; • Pai da catalogação cooperativa; 	Catálogo que se adequa à conveniência do público: <ul style="list-style-type: none"> • Permite que uma pessoa encontre um livro do qual conhece; • Mostra o que a biblioteca tem; • Ajuda na escolha de um livro; 	Catálogo: <ul style="list-style-type: none"> • Facilita a localização de uma edição específica da obra. • Relaciona e junta as edições de uma obra e de um autor;
Leis Gerais da catalogação: <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação; • Imparcialidade; • Simetria; • Parcimônia; 				
Princípios da Catalogação: <ul style="list-style-type: none"> • Variação local; • Osmose; • Unidade da ideia; • Probabilidade; 				

Fonte: Conceição (2017).

É possível, então, observar na ilustração 2, que a contribuição desses teóricos vai desde as leis e princípios, das regras de elaboração de catálogo, com o intuito de uniformizar os dados, com o objetivo de facilitar o acesso e garantir a recuperação dos itens bibliográficos.

Conforme observado, Ranganathan trouxe grandes contribuições, ao estabelecer as cinco leis da Biblioteconomia, sendo estas: os livros são escritos para serem lidos; todo leitor tem seu livro; todo livro tem seu leitor; poupe o tempo do leitor; e uma Biblioteca é um organismo em crescimento. Tais leis são consideradas princípios básicos, conhecidos desde o início da formação de um bibliotecário, pelo fato de serem “[...] bastante amplos e passíveis de aplicação em diversas atividades e situações no âmbito das bibliotecas.” (RIZZI, 2016, p.34), perpetuando-se até os dias atuais.

Além dessas cinco leis, na ilustração 2 é destacada outra grande contribuição de Ranganathan, como as Leis Gerais da Catalogação, que incluem: a) **Lei da Interpretação**, que auxilia nos casos de conflito em relação à catalogação, visto que podem surgir regras, ou até mesmo princípios e cânones, que podem vir a ser corrigidas à luz da experiência, de modo a remover antigos conflitos e reduzir os novos ao mínimo; b) **Lei da Imparcialidade**, que trata de tomar uma decisão de modo imparcial, com base na razão e não de forma aleatória; c) **Lei da Simetria**, indica que se entidades ou situações puderem ser consideradas semelhantes, deve-se dar o mesmo peso no tratamento da questão; e d) **Lei da Parcimônia**, deve ser aplicada quando

houver mais de uma alternativa para um dado fenômeno, para que se possa adotar aquela que implique em economia de mão-de-obra, de material, de dinheiro ou outra, ou seja, não havendo diferença entre elas, a mais simples pode ser adotada. No entanto, esta lei só pode ser adotada quando houver alternativas.

Ranganathan também contribuiu na Teoria Geral da Classificação, quando ao estabelecer os cânones de divisão - renque, cadeia e sequência de filiação, que são regras para a elaboração de esquemas de classificação, auxiliadoras na atividade de representação do conhecimento, que visa a organização de uma Tabela universal do conhecimento para a classificação de livros. (GOMES; MOTTA; CAMPOS, 2006, on-line).

Segundo Gomes e Campos (2016), os **Cânones para característica de divisão (*facet division*)**, são compostos por princípios pelos quais as classes podem ser divididas. Ranganathan, chamou cada uma dessas características de entidade e, assim, estabelece os elementos que devem ser considerados para as suas respectivas formas de organização. Os **Cânones de renque**, formados por um conjunto de elementos de mesmo nível subordinados a um elemento superior; **Cânones para cadeia**, uma série vertical de elementos; e os **Cânones para sequência de filiação**, que incluem as classes subordinadas e as classes coordenadas, bem como a sequência ou ordenação dos elementos em seu interior.

Em sua obra *Theory of library catalogue*, publicada em 1938, Ranganathan estabeleceu os Cânones a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação. Em *Classified catalogue code*, Ranganathan propõe outros cânones, o que formou um conjunto de nove cânones a serem observados quanto à elaboração de códigos de catalogação, assim como as regras desses códigos. Os cânones propostos por Ranganathan são: consistência, relevância, determinabilidade, permanência, uso corrente, individualização, contexto, ponto de acesso e preponderância. (MACHADO; ZAFALON, 2019, p. 413)

Segundo os autores Lucas; Corrêa e Eggert-Steindel (2016), apesar da necessidade de atualização dos esquemas de classificação, devido a evolução dos diferentes formatos dos meios de comunicação da informação, estes reconhecem a relevância da contribuição de Ranganathan, visto que seus princípios e leis permanecem adequados e compatíveis com os princípios do novo Código de Catalogação, *Resource Description and Access (RDA)*.

As características dos Cânones de Ranganathan e sua relevância foram seguidas para definir a hierarquia de classe-subclasse. Conclui por identificação as desvantagens, bem como os méritos enfrentados durante o desenvolvimento da ontologia. Este trabalho demonstra a relevância e importância da filosofia de Ranganathan no desenvolvimento de organização

do conhecimento de base ontológica. (LUCAS; CORRÊA; EGGERT-STEINDEL, 2016, p. 17)

Ainda retomando as contribuições dos teóricos para a elaboração de princípios, normas e formatos de descrição, como visualizado na ilustração 3, **Antonio Panizzi**, elaborou e publicou o primeiro código, as 91 Regras de Panizzi, tratava-se de um catálogo de autores e índice de assuntos, e respectivas definições de como deveriam ser registrados nomes de autores e títulos, além do que fazer com obras anônimas e assim por diante.

O código de Panizzi inspirou outro grande teórico, **Charles C. Jewett** que, em seguida publicou um código onde “as regras de catalogação deveriam cobrir todos os casos e os detalhes seriam deixados para serem tratados de acordo com o julgamento dos catalogadores” (VIEIRA, 1999, p.18). Além dessa, outra grande contribuição de **Charles C. Jewett** foi pensar no compartilhamento dos serviços bibliográficos através de uma central, passando ser considerado o “Pai da Catalogação Cooperativa” como foi destacado na ilustração 2.

Continuando os seus estudos para a área Biblioteconômica, Jewett emprega **Charles Ami Cutter** um catalogador assistente na biblioteca da Universidade de Harvard para preparar um catálogo de um acervo da biblioteca de Boston. Em 1868, Jewett falece, (APARECIDA NETO, 2009). Oito anos depois, **Charles Ami Cutter** publica suas *Rules for a Dictionary Catalogue* (Regras para um Catálogo Dicionário), estas regras se adequavam às necessidades do público como foi destacado na ilustração 2, permitindo encontrar um documento por autor, título ou assunto, além de mostrar o que a biblioteca possui sobre determinado autor ou assunto e, assim, auxiliar na escolha do material.

Pode-se dizer que o percurso para a elaboração de princípios, normas e formatos, visando otimizar o processo da Catalogação Internacional, traz à tona debates que atualmente acontecem acerca da reforma desses métodos, os quais não se tratam de tentativas iniciais, visto que há muitos anos a classe de estudiosos da Biblioteconomia batem nesta tecla.

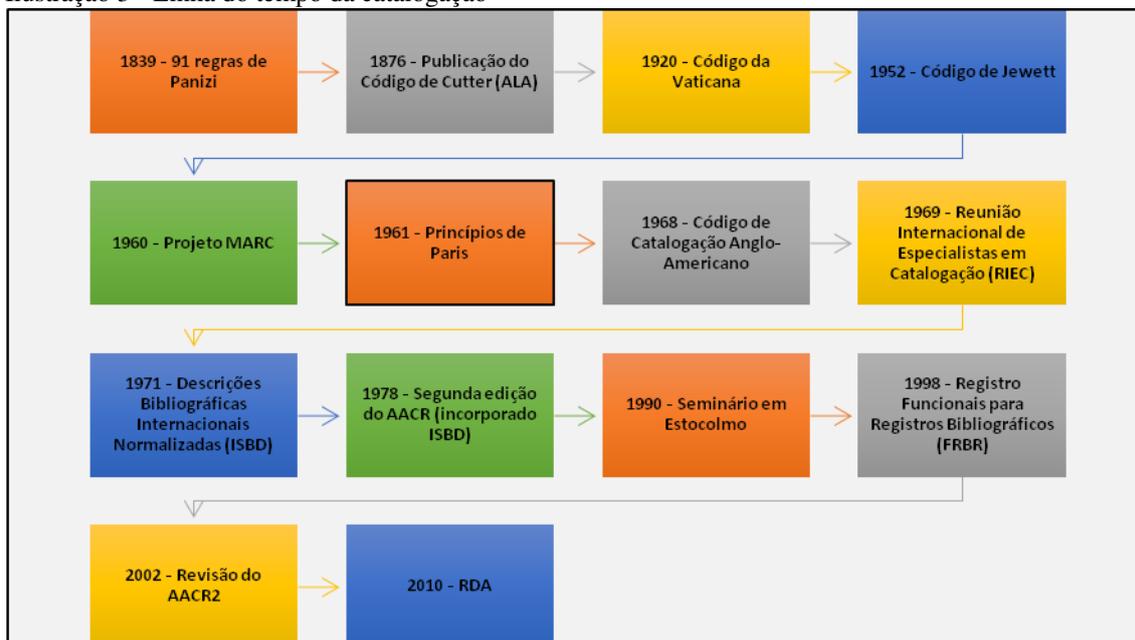
Como observado na ilustração 3, **Seymour Lubetzky** buscou formas inovadoras na catalogação e catálogos baseados nos modelos conceituais, defendendo padrões de catalogação verdadeiramente internacionais e regras catalográficas baseadas em princípios norteadores de catálogos. Uma vez que, o processo de elaboração de meios para disponibilizar o conhecimento ao usuário se encontrava em avanço, e ao mesmo tempo, em desordem, pois várias instituições elaboravam métodos, normas e regras para

a catalogação dos materiais disponíveis nas bibliotecas, mas ainda não havia a uniformização destes métodos, de forma que pudesse possibilitar o intercâmbio de dados entre elas.

Além dessas contribuições, Lubetzky já discutia a necessidade de desenvolver novas ferramentas para a área de catalogação, logo, seus estudos serviram de base para a elaboração dos Princípios de Paris - 1961 que, segundo Corrêa (2008), é confirmado por Gormam (2000). É visível a contribuição de Lubetzky, assim como de Ranganathan, Panizzi, Jewett e Cutter, para a elaboração dos padrões de catalogação internacionais e regras catalográficas baseadas em princípios norteadores de catálogos para os usuários.

Conforme se pode perceber, princípios, normas e padrões da catalogação não surgiram do nada, mas, sim, a partir de estudos e pesquisas que os embasaram e são usados até os dias atuais. No entanto, com o aumento das informações e a forma, como estas se apresentam, e, passam por modificações ao longo dos anos, abordar o percurso e a evolução dessas normas e padrões de representação e organização do conhecimento. A ilustração 3, apresenta uma síntese dos marcos históricos da catalogação mundial.

Ilustração 3 - Linha do tempo da catalogação



Fonte: Conceição (2017).

Mediante o que pode ser observado na ilustração 3, em 1839, Panizzi desenvolveu o primeiro código, ou seja, as 91 regras de Panizzi. Por conseguinte, em 1876, Cutter publicou o seu Código de Cutter. Dessa forma, o processo de desenvolvimento de códigos seguiu, e em 1920, foi desenvolvido o Código da Vaticana, intitulado *Norme per il catalogo degli stampati*, redigido especialmente para reorganizar a Biblioteca Apostólica Vaticana, a qual Bishop considerava o melhor código de

natureza enumerativa existente, e o único capaz de reconciliar as práticas europeias e americana de catalogação. Possuía um bom arranjo, era dividido em quatro partes, que incluíam regras para entrada e catalogação descritiva, e outras em relação à redação de cabeçalhos de assunto e arquivamento de fichas, que não são encontradas em outros códigos. (BISHOP *apud* BARBOSA, 1978).

Em 1852 Jewett publicou um código baseado no de Panizzi, mas, com algumas mudanças. Outro grande marco histórico para a catalogação se deu na década de 60 do século 20, com o desenvolvimento do projeto *Machine Readable Cataloging* – MARC, pela *Library Congress*. O formato MARC, que funciona para entrada e manuseio de informações bibliográficas, em computador, permite o registro de todos os tipos de materiais, além de ser um padrão flexível com utilização em diferentes sistemas automatizados, o que a transferência de dados através de programas de computador. O sucesso do projeto aumentou o interesse pela busca de melhorias desse formato para atender as demandas que surgiam, até chegar ao formato MARC21, utilizado atualmente, que

[...] inclui informação sobre material textual impresso ou manuscrito, arquivo de computador, mapas, música, recurso contínuo, material visual e material misto; os dados bibliográficos normalmente incluem título, nome, assunto, nota, dado de publicação e descrição física. (MARANHÃO; MENDONÇA, 2020)

Em 1961 é realizada uma Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, onde foi aprovada a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, também conhecida por “Princípios de Paris”, que tinha como propósito:

[...] servir como base, para uma normalização internacional na catalogação foi, incontestavelmente, alcançado: muitos dos códigos de catalogação que foram desenvolvidos em todo o mundo, desde tal data, seguiram estritamente os Princípios ou, pelo menos, fizeram-no de uma forma expressiva. (IFLA, 2009)

Em 1968 publicou-se a primeira edição do Código de Catalogação Anglo-americano – AACR. O processo de padronização ainda mantém o seu curso e, em 1969, ocorre a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação - RIEC, realizada em Copenhague, tornando-se num marco significativo para os códigos e as práticas da catalogação. Nessa reunião, Michael Gorman apresentou um documento básico à RIEC, que auxiliaria na padronização e no controle bibliográfico dos registros, denominado *International Standard Bibliographic Description* ou Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada - ISBD, cujo objetivo é servir como principal norma para a formação do controle bibliográfico universal, em padrão aceitável internacionalmente. Entretanto, somente em 1971, o ISBD é desenvolvido e publicado. Em 1978 foi

publicada a segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR, já com a ISBD incorporada em sua estrutura. (MEY, 1995).

No ano de 1990, em Estocolmo, é realizado um seminário sobre Registros Bibliográficos e, neste mesmo ano, criou-se um grupo de estudos para definir os Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos (FRBR). Em 1997, realizou-se a 63ª Conferência Geral da IFLA, em Copenhague, na qual é apresentado o relatório do grupo em relação aos requisitos funcionais, sendo aprovado no ano seguinte, 1998 e publicado com o título *Functional Requeriments for Bibliographic Records – FRBR* (IFLA, 1998).

Apesar da evolução dos processos de catalogação e de representação, os suportes informacionais se ampliavam, afetavam de forma direta os instrumentos de representação descritiva desses registros bibliográficos, dado que exigem tratamentos específicos para os documentos em formato digital provocando, dessa maneira, a necessidade de diversas atualizações no AACR, o que resultou na elaboração da segunda edição, revisada em 2002: AACR2. Atualmente, o AACR2 é o código utilizado no Brasil, e em vários países, no processo de representação descritiva dos itens de uma unidade de informação. No entanto, essas atualizações ainda não atendem a todos os tipos de registros do conhecimento.

Resulta diante disso, uma tentativa de ampliar o AACR2. Todavia, ele já não suportava as ampliações necessárias, o que impulsionou a ideia de elaboração de um novo Código de Catalogação, capitaneada por um grupo de instituições dos países da Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, os quais se propuseram a desenvolver novas regras que atendessem às novas demandas tecnológicas, ou seja, um novo código de catalogação, denominado *Resource Descriptonand Access* (RDA), em 2010, com o foco voltado para o ambiente digital e usuários de catálogos. (MACHADO; PEREIRA, 2016, p. 346 *apud* ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013; OLIVER, 2011; SERRA, 2013).

O RDA vem sendo “[...] projetado para facilitar à captura, o armazenamento, a recuperação e a visualização de dados com base nas mais avançadas tecnologias [...]” (ESTIVILL-RIUS, 2011, 162-167), por ter sua base teórica desenvolvida no modelo conceitual FRBR, que são requisitos funcionais para registros bibliográficos. Posteriormente, os FRBR foram ampliados em outros dois modelos: *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), para dados de autoridades, e os *Functional*

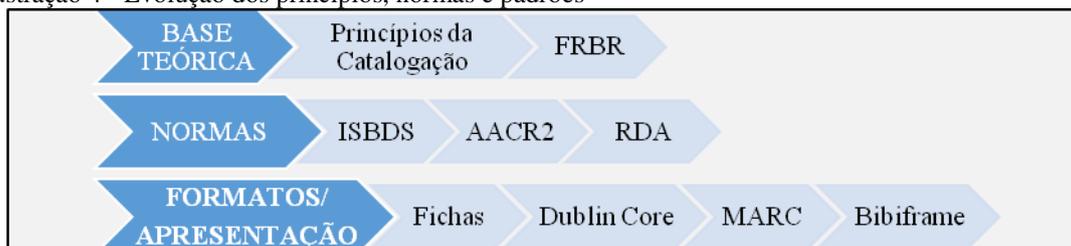
Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), para dados de assunto. (MACHADO; PEREIRA, 2016), trazendo benefícios para o processo de catalogação.

Segundo Modesto (2013), os benefícios da RDA incluem:

1. Uma estrutura baseada em modelos conceituais dos FRBR (requisitos funcionais para dados bibliográficos) e FRAD (requisitos funcionais para dados de autoridade) para auxiliar os usuários do catálogo a encontrar as informações que eles precisam mais facilmente;
2. Uma estrutura flexível para a descrição do conteúdo de recursos digitais que também serve as necessidades das bibliotecas, para a organização dos recursos tradicionais;
3. Uma melhor interação com tecnologias de banco de dados, permitindo que as instituições introduzam eficiências na captura de dados e recuperação no seu armazenamento.

Nesse contexto, percebe-se que o processo de representação descritiva passou e passa por diversas mudanças, buscando meios de acompanhar a evolução tecnológica e dos suportes informacionais, visando, principalmente, a recuperação de informações relevantes à necessidade de seus usuários. Desse modo, os princípios, normas e padrões são atualizados para tornar possível essa atividade de representação, disseminação e recuperação do conhecimento, como demonstrado na seguinte ilustração 4.

Ilustração 4 - Evolução dos princípios, normas e padrões

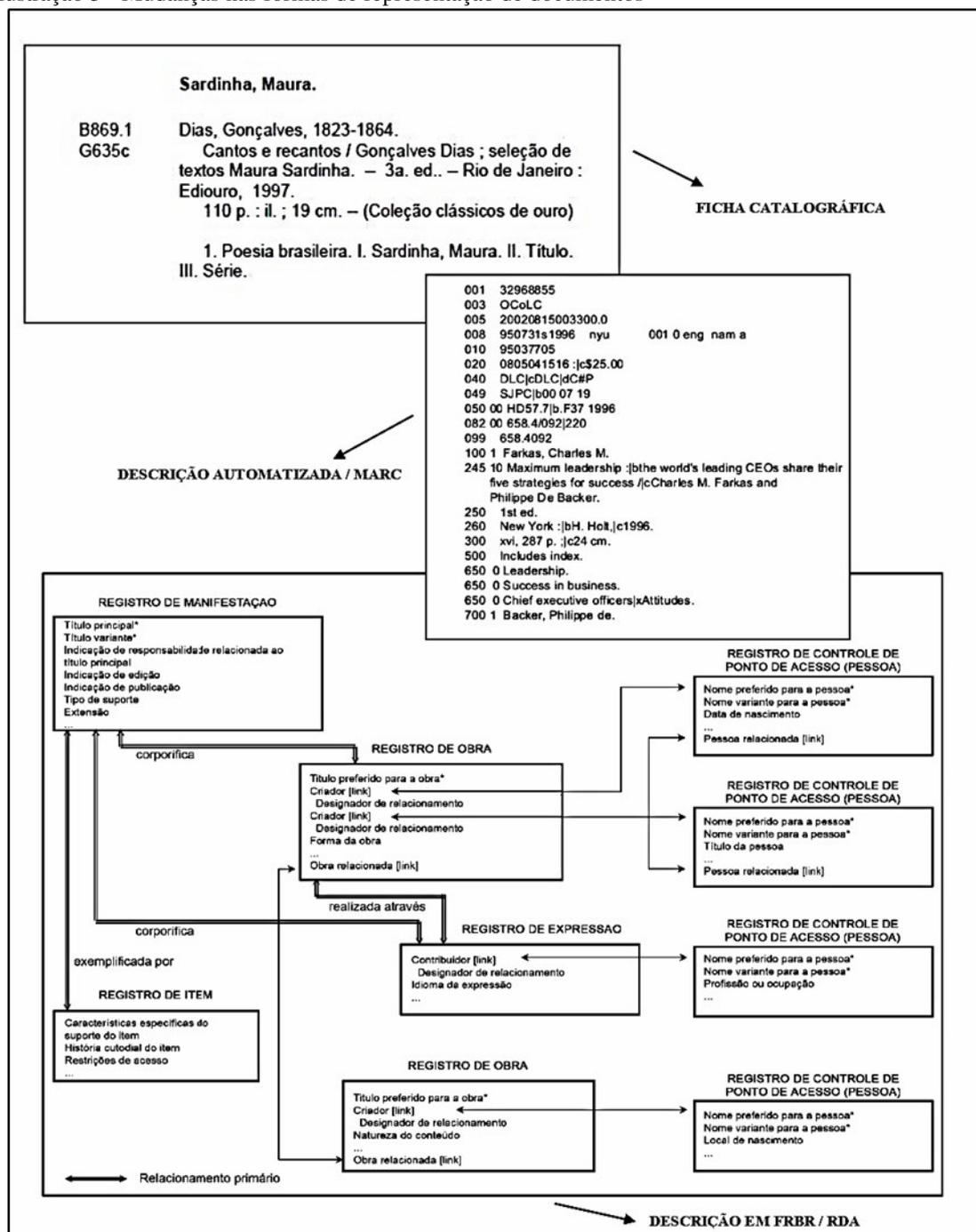


Fonte: Conceição (2017).

Como se pode observar na ilustração 4, a **Base Teórica** evoluiu de forma significativa, visto que no primeiro momento os Princípios da Catalogação mantinham o foco no item a ser descrito e, no segundo momento, com o FRBR, o foco passava a ser o usuário, com o principal objetivo de atender às suas necessidades informacionais. Quanto às **Normas**, as ISBDs determinavam regras para cada material a ser representado, no entanto, essas normas eram separadas. Com o desenvolvimento do AACR2, todas essas regras foram compiladas em um único instrumento, abordando, assim, diversos tipos de suportes, com ressalvas ao material disponível em rede. E, para atender esta demanda surge o RDA, projetado para ser usado no ambiente da Rede e em novos tipos de bases de dados, além de poder ser utilizada para a descrição tanto de recursos tradicionais quanto não-tradicionais, analógicos e digitais, dentro e fora da biblioteca.

Observa-se na ilustração 4, que os Formatos e Apresentação desses itens também evoluíram, passando de descrições limitadas de fichas (12,5cm x 7,5cm) para descrição em lista, até o formato de descrição em blocos permitindo, nesse ínterim, descrever um produto com muito mais detalhes e dados relevantes para uma recuperação precisa. A mudança é visível, pois nesse momento a representação descritiva deixa de ser rígida, e passa a ser flexível e modular, como na ilustração 5.

Ilustração 5 - Mudanças nas formas de representação de documentos



Fonte: Autor.

A ilustração 5, mostra o método de representação baseado no modelo conceitual FRBR. Segundo Serra (2020), o método cria a possibilidade de navegar e descobrir dados sobre o registro que se busca, e seus vários tipos de suporte, além de permitir a descoberta sobre outros registros, já que a partir do momento que o bibliotecário e a biblioteca identificam o livro de interesse do usuário, pode-se pensar em outros itens para oferecer relacionados à busca anterior. Nesse momento, a elaboração de descoberta de dados é compreendida pelo usuário, visto que mudança de um registro de um registro para outro e, assim, sucessivamente. Ao trazer para o usuário formas de descoberta, o bibliotecário permite oferecer-lhe meios de facilitar a realização de tarefas relacionadas ao seu ato de busca e recuperação da informação.

3.2 Diretrizes do AACR2 para descrição bibliográfica de livros e folhetos

O processo de catalogação descritiva dos materiais que compõem o acervo de uma unidade de informação se inicia com a leitura técnica desses itens, com o objetivo de identificar as informações que devem ser extraídas para a sua representação. No entanto, existem normas que indicam para o catalogador de onde devem ser extraídas as informações necessárias, para que seja elaborada a representação mais precisa desses itens. Cada um desses itens – monografias impressas, recursos eletrônicos, imagens em movimento, gravações de som – possui características próprias, e por este motivo, são necessárias essas normas para manter a consistência na descrição dos itens bibliográficos.

No caso livros, folhetos e folhas soltas impressas (monografias) – retratados no Capítulo 2, item 2.0B. Fontes de Informação –, conforme estabelecido normas para a realização da descrição bibliográfica, as fontes de informação de leitura técnica que devem ser realizadas são a folha de rosto, – que para esses tipos de material é a fonte principal de informação – verso da página de rosto, outras preliminares, capa, colofão, caso haja houver encartes, apêndices, entre outros. E, para a extração de informações que servirão de pontos de acesso e elaboração de número de chamada, as fontes para extração de informações devem ser, orelha (s), prefácio, sumário, introdução, além dos dados biográficos. (AACR2, 2002)

No entanto, apesar de as fontes para extração de informações serem diferentes para cada material, as áreas de descrição dessas informações são comuns a todos os suportes. A ISBD dividiu em oito áreas de descrição, conforme descrito na ilustração 6.

Ilustração 6 - Áreas de descrição

ÁREA	ELEMENTOS	FONTES DE INFORMAÇÃO	REGRAS GERAIS
1	Título e indicação de responsabilidade;	Página de rosto;	1.1A.1. Pontuação
2	Zona da edição;	Página de rosto, outras preliminares e colofão;	1.2A.1. Pontuação
3	Detalhes específicos do material (ou tipo de publicação);	Página de rosto, outras preliminares e colofão;	1.3A. Pontuação
4	Dados da publicação;	Toda publicação;	1.4A.1. Pontuação
5	Descrição física;	Toda publicação;	1.5A.1. Pontuação
6	Série;	Toda publicação;	1.6A.1. Pontuação
7	Notas;	Toda publicação;	1.7A.1. Pontuação
8	Zona do ISBN (Número Internacional Normalizado);	Qualquer fonte;	1.8A.1. Pontuação

Fonte: ISBD (2007).

Essas áreas de descrição permitem a padronização das informações contidas nos registros bibliográficos. Cada uma delas é indicada e separada por pontuações, que sistematiza, ordena, padroniza e identifica os elementos descritos em cada uma dessas áreas, possibilitando a identificação dos elementos descritos, independente da língua em que esteja escrito, conforme pode-se visualizar nas Ilustração 7 e 8:

Ilustração 7– Exemplo 1 de pontuação de acordo com a ISBD

个人所得税信息管理系统[电子资源] / 陕西三普科技发展有限公司制作.—v1.0.—西安: 陕西电子音像出版社, 2004.—1只读光盘: 彩色; 12 cm + 用户手册(67页; 21 cm).—题名取自题名屏幕.—系统要求: PIII500或以上CPU, 800x600或更高分辨率显示器(推荐1024x768), 64兆或以上内存(推荐128兆), 50兆或以上硬盘, Win98或以上操作系统(Win2000 Professional), Office2000(Access2000, Excel2000)办公软件.—ISBN 7-900339-87-6

Fonte: Modesto (200?)

Ilustração 8 - Exemplo 2 de pontuação de acordo com a ISBD

<p>Riordan, Rick.</p> <p>O último olimpiano / Rick Riordan ; tradução de Raquel Zampil. – Rio de Janeiro : Intrínseca, 2010.</p> <p>384p. – (Percy Jackson e Os Olimpianos ; v. 5)</p> <p>Tradução de : The Last Olympian</p> <p>ISBN 978-85-98078-90-8</p> <p>1. Mitologia grega – literatura infantojuvenil. 2. Titãs (mitologia) – Literatura infantojuvenil. 3. Animais mitológicos – Monstros – Literatura infanto-juvenil americana. I. Zampil, Raquel. II. Título. III. Série.</p>

Fonte: Autor.

Observa-se nas ilustrações 7 e 8, que o estabelecimento desses padrões e normatizações possibilita a troca de dados, visto que independentemente da língua em qual este material se encontra inscrito, é possível identificar os campos que são representados com base nas pontuações.

A ISBD serviu como base para a elaboração da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) que, de acordo com Santa Anna; Calmon e Campos (2016), dentre os inúmeros instrumentos de tratamento de informação, o (AACR2) determina quais são os dados estruturais do item informacional a serem representados, ou seja, as informações referentes aos aspectos físicos, que correspondem à forma do documento que estão presentes no suporte, criando pontos de acessos para futuras recuperações.

O AACR2 – foi revisado em 2002 – é dividido em duas (2) partes. A parte I, diz respeito à descrição dos materiais, sendo composta por treze (13) capítulos, conforme ilustração 9.

Ilustração 9 - Parte I do AACR2

CAPÍTULO	CAMPO DE APLICAÇÃO
1 – Regras Gerais para Descrição.	Regras para descrição de todos os materiais de Biblioteca. Regras básicas comuns para todos os tipos de materiais.
2 – Livros, Folhetos e Folhas Soltas Impressas.	Regras para descrição de itens monográficos impressos de todos os tipos.
3 – Materiais Cartográficos.	Regras para descrição de materiais cartográficos de todos os tipos, no todo ou em parte, seja na Terra ou qualquer outro corpo celeste.
4 – Manuscritos (incluindo coleções manuscritas).	Regras para descrição de textos em forma manuscrita (incluindo os datilografados)

	ou digitados), sejam livros, dissertações, teses, cartas, discursos, etc.
5 – Música.	Regras para descrição de música publicada (partitura).
6 – Gravações de som.	Regras para descrição de gravações de som em todos os meios, disco, fitas, etc.
7 – Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeo.	Regras para descrição de todos os tipos de filmes cinematográficos e gravações de vídeo (filmes completos, programas, compilações, trailers, cenas de arquivo e material não editado, etc.)
8 – Materiais Gráficos	Regras para descrição dos materiais gráficos de todos os tipos (originais ou reproduções de arte bidimensionais, quadros, desenhos técnicos, etc.)
9 – Recursos Eletrônicos	Regras para descrição de todos os tipos de recursos eletrônicos (incluindo acesso direto – local, disquete, CD-ROM, etc. ou de acesso remoto, que não tem suporte físico)
10 – Artefatos Tridimensionais – Reália	Regras para descrição de artefatos tridimensionais de todos os tipos e em qualquer forma física (modelos, dioramas, esculturas, máquinas, vestuários, etc.)
11 – Microformas	Regras para descrição de microformas de todos os tipos (microfilmes, microfichas, etc.)
12 – Recursos Contínuos	Regras para descrição de recursos contínuos de todos os tipos e em qualquer forma física (periódicos, jornais, revistas, etc.)

Fonte: AACR2 (2002).

A ilustração 9, mostra que o capítulo 1 trata das regras gerais de descrição comuns a todos os suportes documentais. A partir do 2 ao 12, cada um dos capítulos trata de regras específicas de cada um desses tipos de suportes, a fim de garantir uma representação precisa e consistente.

A parte II é referente aos cabeçalhos, títulos uniformes e remissivas, abrangendo escolha de ponto de acesso, cabeçalhos para pessoas, nomes geográficos etc., sendo composta por seis (06) capítulos que se iniciam a partir do capítulo 21, de acordo com a ilustração 10.

Ilustração 10 - Parte II do AACR2

CAPÍTULO	CAMPO DE APLICAÇÃO
21 – Escolha dos pontos de acesso	Regras para determinação de pontos de acesso principais e secundários (título principal, pessoas, entidades, etc.) por tipologia documental (obra musical, gravações de som).
22 – Cabeçalhos para pessoas	Regras para escolha do nome para entrada.
23 – Nomes Geográficos	Regras para entrada de nomes de lugares, etc.
24 – Cabeçalhos para entidades	Regras para entrada de nomes de entidades e autoridades governamentais e religiosas, incluindo conferências, exposições, etc.
25 – Títulos uniformes	Regras para entrada de nomes de títulos uniformes (individuais e coletivos).
26 – Remissivas	Regras para entrada de remissivas, incluindo nome de pessoas, geográficos, entidades, títulos uniformes, etc.

Fonte: AACR2 (2002).

A ilustração 10, do capítulo 21 trata da escolha de pontos de acessos principais ou secundários, e do capítulo 22 ao 26, tratam de regras sobre entradas de nomes.

No entanto, apesar de abranger todos estes tipos de suportes informacionais descritos nas ilustrações 9, com o desenvolvimento de novas tecnologias, o aumentada diversidade dos suportes informacionais e o constante compartilhamento de informações por meio da internet trouxeram discussões sobre até onde o AACR2, atende as novas demandas do contexto informacional.

Acontece que devido nas emendas de 1999, 2001 e 2002 – disponíveis no próprio Código de Catalogação –, o AACR2 já passou por diversas atualizações como a exclusão, inclusão ou mudanças regras, a exemplo da regra 1.4D4 que foi eliminada, pois limitava o uso da área de pesquisa e recuperação através de sistemas automatizados; o capítulo 3 (materiais cartográficos), recebeu três mudanças em regras adicionais, entre outras para que se tornasse possível a sua adequação às necessidades atuais, etc.; o capítulo 9 (Recursos Eletrônicos); o capítulo 12, passou a se chamar “Recursos Contínuos” ao invés de “Publicações Seriadas”, permitindo a inclusão de recursos que antes não eram cobertos pelas regras, etc. Essas e outras atualizações foram realizadas com o intuito de atender às demandas dos suportes informacionais. (AACR2, 2002). No entanto, mesmo após as atualizações, o AACR2 ainda não abrangia todos os suportes, principalmente os disponíveis em rede *web*.

Ainda quanto à utilização do AACR2, surgem algumas dúvidas no processo de catalogação, que geralmente se iniciam pela identificação das entradas principais e secundárias. Nesse sentido, o catalogador, após a identificação do seu material, deve iniciar o processo pelo capítulo 21 do AACR2, referente à escolha dos pontos de acesso principais e secundários.

No caso de o estabelecimento de cabeçalhos para autor pessoal usa-se a regra 21.1A2. Regra Geral do AACR2 indica como devem ser feitas as entradas de autor pessoal, principal, autor provável, autorias compartilhadas, mista, além de como realizar entradas secundárias. Outro exemplo seria por entidade, abordada no capítulo 24, que também indicam como devem ser feitas as escolhas para pontos de acesso.

Ainda na parte II do AACR2, a sua estrutura aborda outros capítulos que dizem respeito a pontos de acesso tais como: nomes geográficos, referente ao lugar responsável por uma obra – Capítulo 23 – títulos uniformes, cuja meta é reunir todos as expressões e manifestações de uma obra, que são importantes para a recuperação de um item em um catálogo – Capítulo 25 – remissivas, as quais remetem outros pontos de acesso, ou seja, ‘ver e ver também’ – Capítulo 26 –. Todas essas regras são utilizadas para manter a consistência dos dados e permitir a recuperação das informações, ou seja, manutenção e aplicação de pontos de acesso.

3.3 Controle de Autoridade como estratégia de recuperação da informação

O catálogo é um dos produtos da catalogação, pois é uma ferramenta utilizada para a recuperação da informação, tendo como um de seus objetivos auxiliar e garantir que o usuário encontre um único recurso informacional ou todos os recursos associados a uma determinada entidade, no entanto, uma entidade pode ser conhecida por diversos nomes, o que impede a recuperação eficiente de informações. Tal paradigma comunicacional gera interferência no processo de busca realizado pelo usuário, pois inviabiliza um dos principais objetivos do catálogo: a recuperação de informações relevantes que atendam às necessidades dos usuários. Nesse sentido, para tornar possível a realização dos objetivos da catalogação, criou-se o controle de autoridade (ASSUMPCÃO, 2015, on-line).

O catálogo de autoridades pode ser considerado uma ferramenta que facilita o processo da catalogação. No entanto, para que essa ferramenta se torne confiável, é preciso realizar o tratamento dessas identidades por intermédio do controle e padronização dos dados descritos sobre pessoas e entidades (MACHADO; BRIGIDI, 2013), visto que existe uma diversidade de pontos de acesso para determinada entidade.

Diante da diversidade de pontos de acesso para uma mesma entidade, um usuário do catálogo que possui conhecimento de apenas um dos nomes da entidade pode não conseguir encontrar todos os recursos informacionais que estão associados à entidade por ele desejada, por exemplo, todos os livros de um determinado autor. (ASSUMPÇÃO, 2015, on-line)

Na catalogação, tanto os processos descritivos quanto os temáticos possuem atividades voltadas para o controle de autoridade. “As descrições e a construção de pontos de acesso devem ser padronizadas na medida do possível. Essa padronização permite grande consistência, a qual torna maior a capacidade de compartilhar dados bibliográficos e de autoridade. ” (STATEMENT..., 2009, p.2 *apud* ASSUMPÇÃO, 2012, p. 27).

A catalogação segundo Gorman (2004, tradução nossa), não pode existir sem pontos de acesso padronizados, e, para que seja possível alcançar esse grau de padronização necessário, o controle de autoridade é um mecanismo primordial, pois a catalogação se refere à ordem, lógica, objetividade, denotação precisa, bem como da consistência. Dessa forma, deve-se ter mecanismos para assegurar que esses atributos possam ser alcançados.

Desse modo, a fim de manter a consistência dos dados, fez-se necessário reunir e manter controle sobre todos os pontos de acesso que representam uma mesma entidade. Esse processo de padronização possibilita e assegura que o usuário encontre todos os recursos associados à entidade desejada, a partir do momento que realiza determinada busca utilizando um, e somente um, dos nomes pelos quais tal entidade é conhecida; isso se torna possível graças à uniformização e consistência de dados permitida por esse controle (ASSUMPÇÃO, 2015). Em razão do controle de autoridade, aplicado nos dados a serem representados na catalogação, proporcionar qualidade na recuperação dos documentos. Exemplos Ilustração 11 e 12:

Ilustração 11 - Resultado da busca pelo termo exato “ufma” no catálogo de autoridades online da Biblioteca Nacional

The screenshot shows the search interface of the Biblioteca Nacional. The search bar contains the term "ufma". The results are displayed in a table with the following columns: Descrição, Tipo, Ver detalhes, and Pesquisar no acervo.

Descrição	Tipo	Ver detalhes	Pesquisar no acervo
Diálogos contemporâneos (EdUFMA)	Título uniforme		
Fainguelernt, Estela Kaufman, 1933-	Pessoa		
Humanidades (EDUFMA)	Título uniforme		
Kaufman, Ana Maria	Pessoa		
Kaufman, Andrew, 1968-	Pessoa		
Kaufman, Arthur, 1943-	Pessoa		
Kaufman, Charlie, 1958-	Pessoa		
Kaufman, Dina	Pessoa		
Kaufman, Dora	Pessoa		
Kaufman, Gershen	Pessoa		

Fonte: Site da Biblioteca Nacional.

Na ilustração 11, a busca realizada pelo termo “ufma” em letras minúsculas não afetou o processo de recuperação das informações. Assim como pode ser visualizado na ilustração 12, onde a busca foi realizada pelo termo “universidade federal do maranhão”.

Ilustração 12 - Resultado da busca pelo termo exato “universidade federal do maranhão” no catálogo de autoridades online da Biblioteca Nacional

The screenshot shows the search interface of the Biblioteca Nacional. The search bar contains the term "universidade federal do maranhão". The results are displayed in a table with the following columns: Descrição, Tipo, Ver detalhes, and Pesquisar no acervo.

Descrição	Tipo	Ver detalhes	Pesquisar no acervo
Ciências sociais (Universidade Federal do Maranhão). Antropologia	Título uniforme		
Ciências sociais (Universidade Federal do Maranhão). Comunicação	Título uniforme		
Ciências sociais (Universidade Federal do Maranhão). Educação	Título uniforme		
Ciências sociais (Universidade Federal do Maranhão). Psicologia	Título uniforme		
Ciências sociais (Universidade Federal do Maranhão). Questão agrária	Título uniforme		
Debates (Universidade Federal do Maranhão)	Título uniforme		
Universidade Federal do Maranhão	Instituição		
Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Biblioteconomia	Instituição		
Universidade Federal do Maranhão. Assessoria de Planejamento Acadêmico	Instituição		
Universidade Federal do Maranhão. Assessoria de Planejamento Administrativo-Financeiro	Instituição		

At the bottom of the table, there is a pagination bar showing "1 - 10 de 56 itens" and a refresh icon.

Fonte: Site da Biblioteca Nacional.

Dessa forma, constatou-se conforme mostrado nas ilustrações 11 e 12 que, no processo de busca, a utilização de letras minúsculas e maiúsculas são ignoradas, com o objetivo de que está não comprometa a recuperação do item desejado. Visto que, segundo Salgado (2015, p. 70), “[...] o controle de autoridade de um catálogo de biblioteca é mantido através de um catálogo de autoridade, que contém os termos usados como ponto de acesso em um catálogo e as formas variantes desse ponto de

acesso [...]”, pois o principal objetivo do controle de autoridades é qualificar a entrada de informação, a fim de otimizar a recuperação da informação. Logo, para elaborar um catálogo de autoridade com qualidade é conveniente utilizar:

[...] um conjunto especial de operações devem ser realizadas em cada nome, título uniforme, série ou assunto antes que ele esteja pronto para compor o catálogo como um ponto de acesso. Essa operação envolve pesquisa, criação de formas padronizadas de pontos de acesso e vínculos com a forma variante. Como resultado de uma pesquisa meticulosa, um nome é único, isto é, distinto de outros nomes que possam ser candidatos para inclusão no catálogo *a posteriori* [...] (SALGADO, 2015, p. 71)

As entradas de autoridades auxiliam no trabalho do catalogador, porque, mais que facilitar o processo de catalogação, ela dá qualidade ao processo, já que,

As principais tarefas do controle de autoridades consistem: na unificação de nomes idênticos, mas expressos de formas distintas; na diferenciação de diferentes pontos de acesso escritos da forma idêntica; no estabelecimento de relacionamento entre as diferentes formas de um mesmo ponto de acesso, vinculando as formas autorizadas às suas variantes não autorizadas e no estabelecimento de relações associativas e hierárquicas entre pontos de acesso diferentes [...] (ALBÁS, 2013 *apud* SALGADO, 2015, p. 6).

Para Burger (1985, p.28) *apud* Assumpção (2012, p. 147), “[...] a criação de um arquivo de autoridade não é tão simples quanto reunir um grupo de registros de autoridade”. De acordo com o autor, convém ser discutidas questões sobre o armazenamento e a eleição dos responsáveis pela manutenção, além de definir uma política de trabalho de autoridade.

A partir das afirmações de Salgado (2015), para auxiliar o controle de autoridades na *web*, a autora recomenda as seguintes fontes:

a) sites de instituições de ensino/de pesquisa; b) sites de organizações/instituições públicas e governamentais; c) sites de bibliotecas nacionais, de consórcios de bibliotecas e de bibliotecas que tenham catálogo de autoridades; d) sites corporativos de empresas; e) bases de dados por assinatura ou de livre acesso. (SALGADO, 2015, p. 7)

Logo, o controle de autoridade se torna substancial para manter a consistência dos recursos informacionais descritos, uma vez que, com sua aplicação, é possível diminuir os episódios de ambiguidades. A exemplo, alguns arquivos de autoridade, tais como:

- **Catálogo da Fundação Biblioteca Nacional** – Autoridade de Nomes (Brasil): compreende pontos de acesso para pessoas, entidades coletivas, eventos e títulos de séries, termo cronológico, termo tópico, local geográfico, termo de gênero e forma, subdivisão geral, geográfica, cronológica d de forma. Está disponível no endereço <http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/busca/autoridades>.
- **Sistema de Bibliotecas da UFRGS** – Autoridade de Nomes (Brasil): compreende pontos de acesso para pessoas, estrutura da entrada, formas do

nome na literatura especializada, nomes brasileiros/portugueses, estrangeiros, pesquisadores brasileiros e catalogação de PI. Está disponível no endereço <<https://www.ufrgs.br/documentacaoti/sistema-de-automacao-de-bibliotecas-sabi-gestao-politicas-e-procedimentos-capitulo-5-politica-para-controle-de-autoridades-no-sabi/#Introducao>>.

3.4 Tecnologias Aplicadas à Representação Descritiva

A representação descritiva é vista como um processo de decisão multidimensional, responsável por estruturar e padronizar os diferentes aspectos de um item informacional, com o objetivo de torná-lo único, apto de recuperação, para sua utilização. Diante disso, este tópico destina-se a abordar sobre o modelo conceitual FRBR e apresentar exemplos de como catalogar com este conceito.

A evolução das tecnologias e das ferramentas informacionais permitiu certa explosão de informações, bem como a multiplicação de suportes a serem disponibilizados. Isto posto, a discussão sobre metadados ganhou destaque nas áreas de informação e tecnologia, principalmente devido à migração da informação para o meio digital. O termo ‘metadados’ pode ser definido de várias maneiras, dentre eles, “dados sobre outros dados”, elementos de descrição utilizados na representação bibliográfica desde o surgimento dos primeiros instrumentos de controle bibliográfico, como as bibliografias e os catálogos (BRANDT; et al., 2019).

Não obstante, apesar de os metadados possuírem algumas vantagens em relação à rapidez no registro bibliográfico, por possibilitar a busca por campo, dentre outras coisas, ele também possui desvantagens, como deter a descrição limitada, ou seja, simples e resumida. Cada um desses acontecimentos provocou dúvidas quanto ao processo de representação desses materiais, haja vista que, a cada novo suporte, surgia a necessidade de adequação de outras normas e formatos, bem como dos instrumentos utilizados no processo de catalogação.

Ao longo da história da catalogação e de seus instrumentos, assiste-se o progresso de suas teorias, princípios, normativas, objetivos, instrumentos etc., no sentido de buscar uniformidade no serviço catalográfico. Nesse contexto de desenvolvimento tanto de marco teórico quanto de cunho prático, é identificado que as normas, códigos e/ou padrões são norteados por objetivos e princípios (MACHADO; ZAFALON, 2019, p. 412)

Para acompanhar os avanços tecnológicos, o exercício de catalogação passou por determinada revisão de um dos seus principais instrumentos, a exemplo, o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2). Ribeiro (2002), cita as mudanças ocorridas nessa revisão:

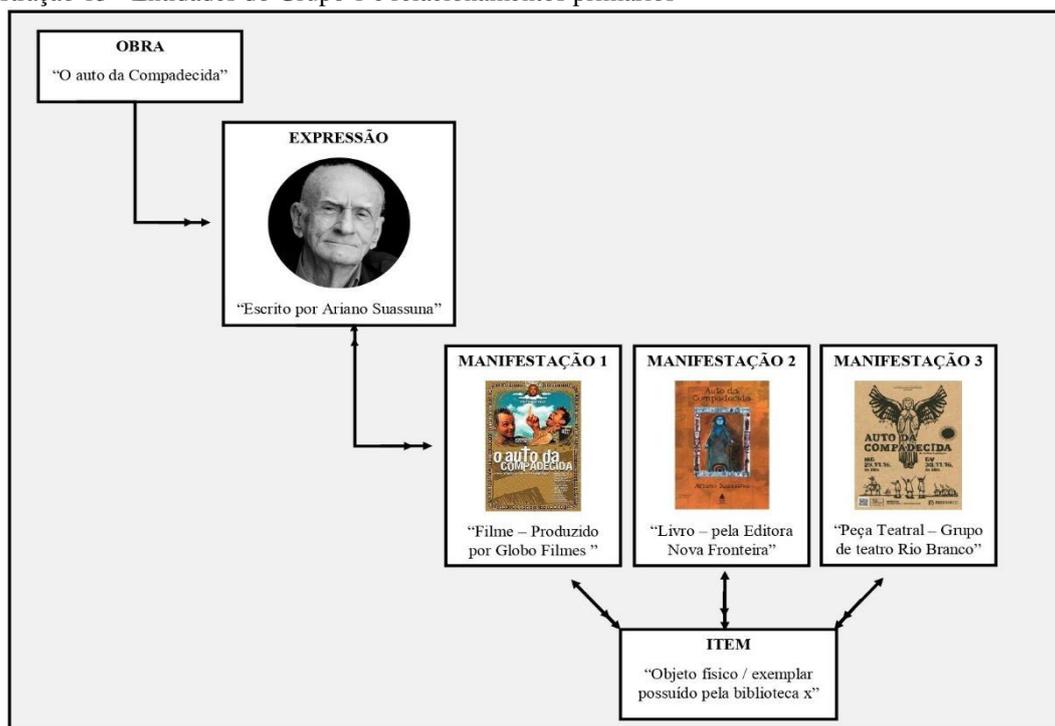
1. Inclusão de novos conceitos ou alterações de outros, em decorrência do progresso tecnológico e a disseminação de novos recursos; Ex: o Capítulo 9, Recursos eletrônicos, substituindo Arquivos de dados legíveis por máquinas;
2. Capítulo 3, Materiais cartográficos: acréscimo do tipo de extensão do recurso (3.3E), representação gráfica digital (3.3F) e numeração relativa às séries (3.3G);
3. Capítulo 9, Recursos eletrônicos: distinção entre acesso direto ou acesso remoto, preferência ao próprio recurso como fonte de informação principal e opção para uso de terminologia convencional na descrição física do recurso;
4. Capítulo 12, Recursos Contínuos: inclusão de recursos integrados em andamento ou de inclusão permanente;
5. Criação do Apêndice E de Artigos iniciais.
6. Exclusão da regra 1.4D4 e 22.12B
7. Expansão da regra 1.6, Área da série.
8. Para pontos de acesso, exclusão do termo “proeminente, ou mencionado com destaque”, da regra 21.1B2d e;
9. Categoria da regra 21.1B2, desde que compreendidos na definição de entidade, o estabelecimento de suas entradas não depende de serem mencionados com destaque no item que está sendo catalogado.
(RIBEIRO, 2002 *apud* CAVALCANTI, 2013, p. 31)

Tais mudanças foram motivadas por diversos fatores, dentre elas as novas dinâmicas dos usuários com os catálogos e a inserção de conceitos e terminologias estabelecidas pelos modelos conceituais FRBR e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). (MACHADO; ZAFALON, 2019). Esses arquétipos conceituais são utilizados para aprimorar normas, regras e formatos, com o objetivo de realizar a descrição mais completa dos produtos, ou seja, para “[...] reestruturar os registros bibliográficos de maneira a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação, levando em conta a diversidade de usuários, materiais, suporte físico e formatos.” (MORENO; ARELLANO, 2005, p. 23).

O modelo conceitual FRBR é do tipo Entidade-Relacionamento (E-R), o qual identifica entidades, atributos e relacionamentos fornecendo, assim, um quadro estruturado para relacionar dados - contidos nos registros bibliográficos - às necessidades dos usuários. Sendo assim, o FRBR ajuda o usuário a encontrar os materiais que atendam aos critérios estabelecidos por ele; fazendo uma nova análise para identificar a entidade e confirmar se corresponde à busca realizada; aplicando-se um filtro nas buscas; escolhendo a entidade que se encaixa às suas exigências; e, por fim, auxiliando no processo de aquisição, seja para adquiri-la por meio de empréstimo, seja por compra ou mesmo em formato digital.

As entidades que compõem a estrutura do FRBR são divididas em três grupos, conforme pode ser visualizada nas ilustrações 13, 14 e 15:

Ilustração 13 - Entidades do Grupo 1 e relacionamentos primários



Fonte: Autor.

Obra: O auto da Compadecida.

Expressão: Escrito por Ariano Suassuna.

Manifestação 1: Filme, 2010.

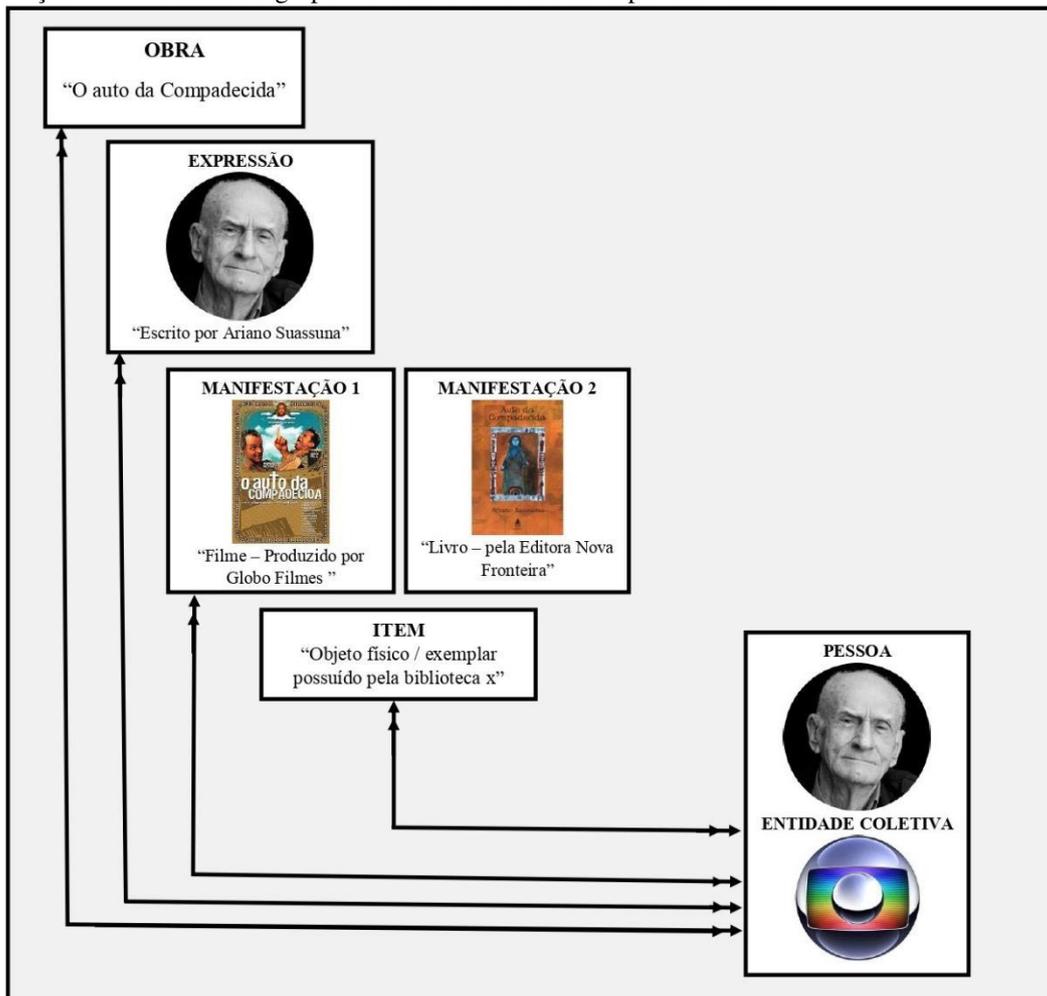
Manifestação 2: Livro pela editora Nova Fronteira, 2015.

Manifestação 3: Peça teatral, 2016.

Item: exemplar existente na biblioteca x.

Conforme ilustração 13, o **grupo 1** trata de entidades que dizem respeito ao conteúdo intelectual (a ideia em si). Como se pode perceber, **obra** diz respeito ao conteúdo intelectual (a ideia em si); **expressão** é a forma que aquela obra é expressa, seja por uma obra musical ou tradução, etc.; **manifestação** é materialização da expressão de uma obra, ou seja, a forma física/suporte, seja um livro ou uma gravação, entre outros; e **item** está relacionado à quantidade.

Ilustração 14 - Entidades do grupo 2 e relacionamentos de responsabilidade



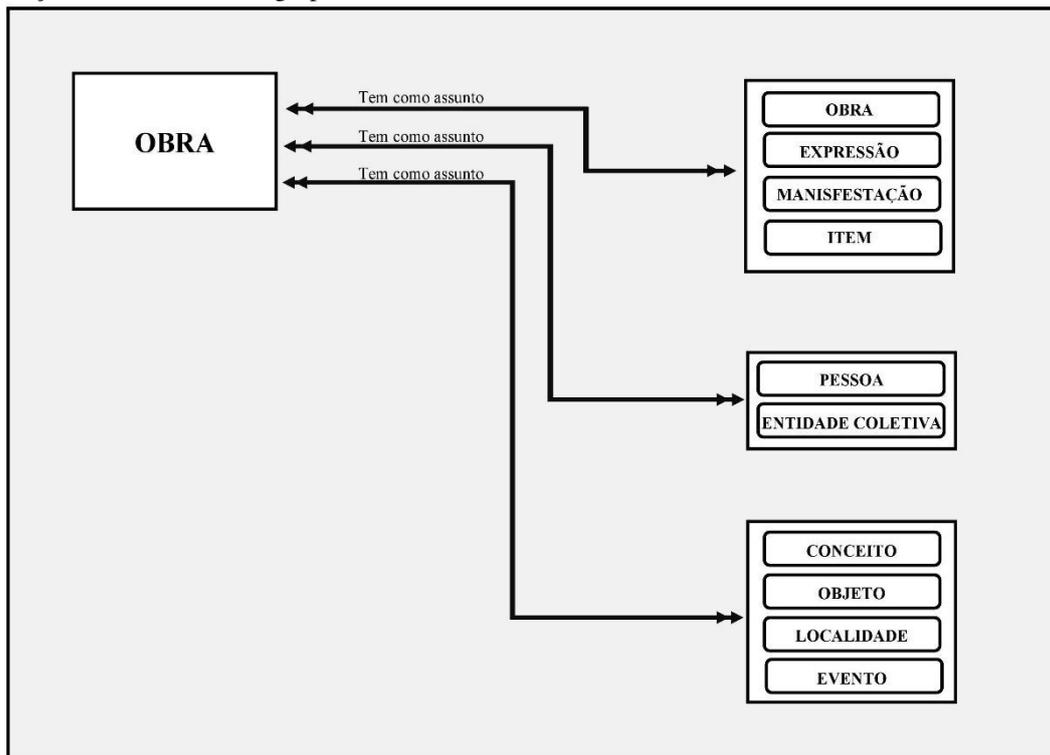
Fonte: Autor.

Pessoa: Ariano Suassuna.

Entidade: Rede Globo.

Na ilustração 14, o **grupo 2** trata de entidades que são responsáveis pelo conteúdo intelectual, guarda ou disseminação. **Pessoa** refere-se à pessoa responsável pela produção de uma manifestação, relacionado à criação de uma obra ou manifestação; **entidade coletiva** é uma organização ou grupo de pessoas etc., identificados por um nome.

Ilustração 15 - Entidades do grupo 3 e relacionamentos de assunto



Fonte: Autor.

Conceito: Ciência da computação

Objeto: Igreja da Sé

Lugar: São Luís (MA)

Evento: Descobrimento do Brasil, 1500

Segundo ilustração 15, **grupo 3** trata de entidades que são (ou podem ser) assunto das entidades. A entidade **conceito:** trata de uma noção ou ideia abstrata; **objeto:** um material imóvel ou móvel; **evento:** ações ou evento históricos, tempo; **lugar:** um local, tanto terrestre como extraterrestre.

Cada um desses dados se relacionam entre si, formando blocos de descritores que, por meio da E-R, permitem a recuperação precisa dos itens, conforme se pode visualizar a seguir, na ilustração 16.

Ainda segundo Espindola (2018, p. 100),

Após uma retomada histórica, é apresentado o Bibframe como um Modelo que visa a substituir o Formato MARC, e, sobretudo, integrar a catalogação ao ambiente digital e ao contexto do linked data, tornando o trabalho bibliotecário cada vez mais semântico. [...]. Tendo como base a necessidade das bibliotecas de produzir dados bibliográficos que possam ser melhor aproveitados na web, [...] e a importância destes dados estarem em consonância com o conceito de linked data, de modo que possam ser explorados por ferramentas de busca semântica na web.

Diante dessa perspectiva, nota-se que as mudanças relacionadas às práticas de catalogação surgiram com a evolução dos meios informacionais, dando início a uma nova era, concernente à descrição de dados no ambiente *web*, visando, principalmente, atender às necessidades informacionais dos usuários, como também dinamizar o processo de busca.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados conforme o tipo de pesquisa realizada, assim como os critérios para a construção do universo de estudo, o método de coleta e de tratamento de dados.

À vista disso, para a realização deste estudo, optou-se pela pesquisa de caráter exploratório, tendo como meios de investigação as pesquisas bibliográficas e de campo, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica se deu a partir da consulta em material já publicado constituído, principalmente, por: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações, teses entre outros. E, a pesquisa de campo consiste na “[...] observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59). O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, para a obtenção de informações, e os sujeitos da pesquisa foram três bibliotecárias, da Biblioteca Setorial da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Com o objetivo de compreender a prática do profissional bibliotecário no processo de representação descritiva, a entrevista realizada tem foco no perfil do bibliotecário, como as dificuldades, além os padrões e instrumentos utilizados na Catalogação pela Biblioteca.

No que compete à análise e interpretação dos dados, tendo em vista que a pesquisa possui abordagem qualitativa, permitiu-se “[...] o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Gil (2010, p. 135) ainda afirma que,

Análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Isto posto, foram seguidos alguns passos referentes ao processo de análise e interpretação para pesquisas sociais, sugerido por Gil (2010), tais como: estabelecimento de categorias analíticas, descrição dos dados, avaliação da significância dos dados e interpretação dos dados. Deste modo, utilizou-se as seguintes categorias para analisar e interpretar os dados obtidos na aplicação das entrevistas: Perfil do profissional bibliotecário; Representação descritiva: apreensão, aplicação e dificuldades;

Catálogo: normas, padrões e instrumentos; e Acervo: política de tratamento de informação. Na ilustração 17, abaixo, encontra-se a síntese da metodologia adotada:

Ilustração 17 - síntese da metodologia



Fonte: Autor.

4.1 Conhecendo o campo de pesquisa

A Biblioteca Setorial, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), instalada no prédio do Curso de História, inaugurado em 2013, situa-se na Rua da Estrela – Praia Grande, nº 329, na cidade de São Luís-MA (ilustração 18). Seu funcionamento acontece de segunda a sexta, de 08h:00 às 12h:00 e de 14h:00 às 18h:00. Quanto à sua estrutura, a Biblioteca possui cabines de leitura com computadores para consultas ao catálogo online, dentre outras pesquisas.

Ilustração 18 – Entrada da Biblioteca setorial da UEMA (Prédio do Curso de História)



Fonte: Site da Bibliotecas do Maranhão.

Em seu acervo (Ilustração 19), a Biblioteca possui cerca de sete mil exemplares, disponíveis para empréstimos aos alunos de graduação, mestrado, professores do curso e ao público em geral é permitido apenas consultas locais. A Biblioteca utiliza o sistema *Pergamum*, usado para a realização de catalogação, indexação de livros, folhetos, monografias etc., ou seja, todos os materiais são catalogados e indexados. Além da consulta local (ilustração 19), presta os seguintes serviços de empréstimo, renovação, consulta à base de dados, normalização, visita orientada, treinamento de usuários, acesso a periódicos, acesso à Internet e referência. Quanto ao quadro de pessoal, este é composto por 3 (três) bibliotecárias que se revezam nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Ilustração 19 – Interior da Biblioteca Setorial



Fonte: Site da Bibliotecas do Maranhão.

5 PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Nesta seção será feita a análise dos dados dos questionários aplicados e pesquisas encontradas na literatura sobre o perfil profissional do bibliotecário em sua área de atuação.

5.1 Perfil Profissional do Bibliotecário

O perfil é delineado pelas habilidades, competências e atitudes necessárias para o desempenho da função profissional. A área de atuação dos bibliotecários não foge desses requisitos, já que os mesmos devem possuir certas habilidades para que possam atuar de forma competente e responsável, no que diz respeito ao tratamento e a disseminação de informações (MUELLER, 1989). A formação do profissional se inicia com o processo apreensão de conhecimentos específicos, além de outros fatores subjetivos tais como, ética profissional, empregabilidade e o desenvolvimento da profissão (WALTER, 2008).

Na área de atuação do bibliotecário, o mesmo é responsável por realizar o tratamento da informação, processo que envolve a catalogação e a classificação de itens bibliográficos, que permite a sua organização, recuperação e disseminação. Em alguns momentos da formação acadêmica desses profissionais – assim como de outros – são encontradas dificuldades em relação apreensão de determinados conhecimentos e de sua aplicação em prática. Por este motivo o foco visa compreender o perfil do profissional bibliotecário no processo de representação descritiva.

No caso dos entrevistados, observa-se, pelas respostas dadas que há uma variação de formação, conforme pode-se notar a seguir.

“08 anos de formação; 08 anos de atuação”. (Bibliotecária 1)

“10 anos de formação; 09 anos de atuação”. (Bibliotecária 2)

“11 anos de formação; 02 anos de atuação”. (Bibliotecária 3)

Como se pode perceber, existe uma disparidade de tempo relacionada ao período de formação e atuação da Bibliotecária 3.

Em relação ao processo de aplicação dos conhecimentos sobre a representação descritiva de itens informacionais, sabemos que além da teoria, trata-se de uma atividade prática. Dessa forma, a fim de compreender a relevância da prática para uma representação consistente, questionamos sobre período de formação e atuação na área, para identificar se este fator implica na qualidade do serviço. E descobriu-se que as bibliotecárias possuíam,

5.2 Representação Descritiva: apreensão, aplicação e dificuldades

Existem algumas dificuldades no processo de representação da informação, que perpassam pela apreensão e aplicação do conjunto teórico-metodológico nessa atividade, ou seja, na prática vivenciada pelo profissional, conforme, observa-se nos enunciados dos bibliotecários.

“Dificuldade! Após essa dificuldade veio o medo de conseguir aprender de fato, pois eram muitos detalhes que passavam despercebidos! ”. (Bibliotecária 1)

“Achei precisa, no primeiro momento não gostei porque pensava não ter aprendido o suficiente, pois é uma disciplina que exige muita prática e tempo, o que no calendário acadêmico, às vezes é muito corrido ”. (Bibliotecária 2)

Como se pode perceber, existe uma dificuldade em relação à apreensão de conhecimento quanto ao processo de catalogação que, apesar de ter sua base teórica bem desenvolvida, é necessário a aplicação prática dessas técnicas de representação da informação para uma melhor compreensão.

A Representação Descritiva é uma das disciplinas obrigatórias, além de ser uma atividade de extrema importância para o currículo bibliotecário, por ser umas das principais atividades da área da biblioteconomia, visto que ela desenvolve as práticas de representar o conhecimento no bibliotecário, e este por sua vez é responsável por realizar o processo de catalogação destes materiais para possibilitar a sua organização, recuperação e disseminação.

“Apesar da dificuldade a disciplina é de extrema importância para o desenvolvimento profissional bibliotecário enquanto indexador da informação ”. (Bibliotecária 3)

Como exposto pela Bibliotecária 3, apesar de expressar a dificuldade no processo de apreensão, destaca saber a importância do desenvolvimento desse conhecimento para o seu crescimento como profissional. Segundo Valentin (2000, p. 18), “o profissional da informação precisa estar em sintonia com esta realidade e se readaptar para enfrentar as mudanças cada vez maiores” no contexto tecnológico, que impactam no processo de representação, organização, recuperação e disseminação de informações.

Em relação ao processo de aplicação dos conhecimentos sobre a representação descritiva de itens informacionais, sabe-se que além da teoria, trata-se de uma atividade prática. Dessa forma, a fim de compreender a relevância da prática para uma representação consistente, questionou-se sobre período de formação e atuação na área,

para identificar se este fator implica na qualidade do serviço. E descobriu-se que as bibliotecárias possuíam,

“08 anos de formação; 08 anos de atuação”. (Bibliotecária 1)

“10 anos de formação; 09 anos de atuação”. (Bibliotecária 2)

“11 anos de formação; 02 anos de atuação”. (Bibliotecária 3)

Como se pode perceber, existe uma disparidade de tempo relacionada ao período de formação e atuação da Bibliotecária 3. E para estabelecer a relação entre a formação e atuação, questionou-se se as mesmas sentiam alguma dificuldade em relação ao processo de catalogação.

“Não, apenas em partes do sistema que não é liberado”. (Bibliotecária 1)

“No processo em si não, mas pelo fato da biblioteca ser setorial alguns campos que para nós é importante não liberado no sistema”. (Bibliotecária 2)

“Um pouco, em encontrar com precisão o assunto principal dos documentos”. (Bibliotecária 3).

Após a coleta das respostas, percebe-se que as dificuldades das Bibliotecárias 1 e 2 eram a mesma, relacionadas ao sistema de inserção de materiais, especificamente sobre alguns campos que não são liberados. No entanto, a da Bibliotecária 3 diverge, pois, a mesma sente dificuldade em relação à identificação do assunto do item a ser catalogado. E parece estabelecer uma relação entre a quantidade de tempo de atuação e a prática de representação descritiva. O que reafirma a importância da aproximação entre teoria e prática para o aprendizado já que, segundo Comenius (2008) *apud* Toniazzo (2009, p.71), a aprendizagem,

[...] tem início pelas impressões sensoriais, adquiridas através da experiência que mais tarde foi interpretada pela razão. Sendo constituída por três elementos básicos que são: compreensão, fixação e prática, elementos que propiciam um ensino efetivamente quantitativo e qualitativo para se chegar à qualificação fundamental, tais como: erudição, virtude e religião, as quais correspondem ao intelecto, vontade e memória.

5.3 Catalogação: normas, padrões e instrumentos utilizados na Biblioteca

A padronização da descrição bibliográfica, normas e instrumentos são imprescindíveis para ampliar a eficiência dos softwares e melhorar seu desempenho, de forma que permita recuperar, por exemplo, assunto, autor, título de uma obra em diversos suportes existentes na base de dados, ou diversas obras sobre um assunto em um único ou diversos suportes. Assim, a fim de obter informações questionou-se quanto ao sistema de gestão utilizado pela BU e quais eram as vantagens e desvantagens do mesmo. Visto que um sistema de gerenciamento tem como finalidade auxiliar a

Organização a alcançar seus objetivos por meio de estratégias, além de proporcionar a otimização dos processos.

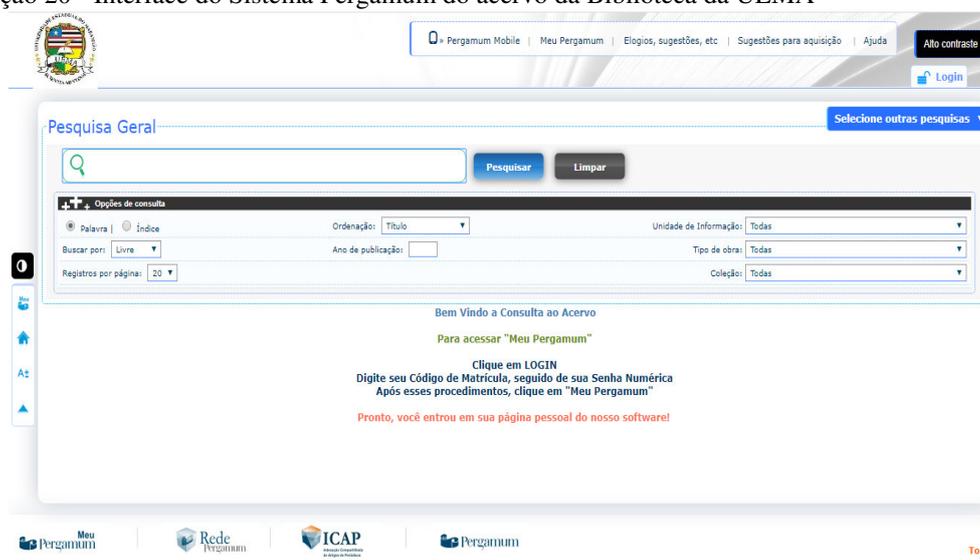
“Pergamum! Bem flexível, porém não obtivemos orientação a fundo quanto ao uso”. (Bibliotecária 1)

“Pergamum! De fácil utilização, formato MARC. A desvantagem é a falta de treinamentos constantes e limitações quanto ao uso para não termos autorização”. (Bibliotecária 2)

“SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas”. (Bibliotecária 3)

Na figura 20, pode-se visualizar a interface do sistema *Pergamum* utilizado pela Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Ilustração 20 - Interface do Sistema Pergamum do acervo da Biblioteca da UEMA



Fonte: Site da Biblioteca da UEMA.

Observa-se que apesar de a Bibliotecária 3 fazer parte da mesma BU que as outras duas, a resposta em relação ao sistema de gestão é divergente, além de também não destacar nenhuma vantagem e/ou desvantagem que são percebidas por ela em relação ao sistema em que acredita ser responsável pelo gerenciamento da biblioteca.

Ainda sobre a representação descritiva dos documentos, questionou-se quanto aos instrumentos utilizados por elas no processo de catalogação.

“O sistema (Pergamum) e seu catálogo, às vezes, quando tem dúvidas recorro ao AACR2”. (Bibliotecária 1)

“AACR2, catálogo do Pergamum, catálogos automatizados de bibliotecas, fontes de informação na internet”. (Bibliotecária 2)

“AACR2”. (Bibliotecária 3)

Como exposto acima, as bibliotecárias são demasiadas apegadas ao sistema de catalogação e o único instrumento que utilizam é o AACR2. Em momento algum

citaram a tabela de Cutter e tampouco fizeram menção ao Código de Classificação Universal – CDU, a não ser quando a Bibliotecária 2 destacou que o sistema que a Biblioteca utiliza já disponibiliza o documento com a classificação após a inserção dos dados, quando foi questionada como era feito o processo de catalogação, de acordo com descrição feita anteriormente.

Apesar de o sistema ser importante para dinamizar os serviços da biblioteca, percebe-se que talvez falte iniciativa das Bibliotecárias quanto à inquietação de acompanhar as discussões acerca das mudanças no processo de catalogação, além da busca para conhecer os novos instrumentos que foram desenvolvidos, e aqueles que se encontram em fase de desenvolvimento. Destaca-se ainda que, ao longo deste trabalho foi mencionada a importância do Bibliotecário se adequar e acompanhar as mudanças que vem sendo discutidas e realizadas, incluindo principalmente as que dizem respeito a representação de informações, além do desenvolvimento tecnológico na área, pois

A aplicação de um código de catalogação em uma instituição não deve ocorrer pura e simplesmente pela aplicação de suas diretrizes e regras. A instituição deve confrontar as diretrizes e as regras dos códigos, assim como de outros instrumentos de representação, com seu contexto, que inclui, principalmente, seus objetivos, as características de seu acervo e as características de sua comunidade de usuários. Nesse sentido, tem-se a necessidade de definição de políticas institucionais de catalogação. (ASSUMPÇÃO, 2020, p.7).

No entanto, para ter certeza sobre o questionamento levantado acima, indagou-se às bibliotecárias quais suas opiniões em relação aos novos padrões, normas e formatos desenvolvidos. E obteve-se as seguintes respostas:

“Não tenho conhecimento”. (Bibliotecária 1)

“Não respondeu”. (Bibliotecária 2)

“Mudanças são essenciais para melhorar a busca e a recuperação da informação”. (Bibliotecária 3)

Apesar dessas respostas, continuou-se a indaga-las. E fez-se outro questionamento sobre as suas opiniões sobre o AACR2 e o RDA estas, prontamente, responderam:

“Não temos contato com o RDA. O AACR2 é uma ferramenta de auxílio na catalogação, mas não se apresenta apto para os recursos digitais”. (Bibliotecária 1)

“O AACR2 é o código por mim utilizado mas peca nos recursos eletrônicos. Já o RDA é para todos os materiais”. (Bibliotecária 2)

“AACR2”. (Bibliotecária 3)

Em seguida, perguntou-se se as mesmas já haviam ouvido falar de FRBR e BIBFRAME.

“Somente FRBR”. (Bibliotecária 1)

“Não”. (Bibliotecária 2)

“Sim, mas muito esporadicamente”. (Bibliotecária 3)

Consoante se pode perceber, as Bibliotecárias até o momento não sentiram necessidade de conhecer e acompanhar as mudanças relacionadas à evolução do processo de catalogação. Apesar de compreender as limitações que o AACR2 possui, aparentemente acreditam que isso não influencia de forma direta em sua biblioteca. O que leva a pensar na qualidade da recuperação dos materiais catalogados e se realmente as necessidades informacionais dos usuários são atendidas. Desta forma, serão questionadas sobre isso no item 6.4 Acervo e acesso: política de tratamento de informação e controle de autoridades.

De acordo com Zarifian (2001) a competência vem do próprio indivíduo, é dever dele tomar iniciativa e assumir responsabilidades diante das situações profissionais que venham a surgir em sua rotina. E para isso o bibliotecário deve desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias para compor o perfil profissional, além da busca pela educação continuada para manter-se atualizado e apto a atender às novas demandas que surgem no mercado de trabalho.

O profissional da informação precisa buscar informação e conhecimento de forma contínua, pois estes são os mais valiosos recursos estratégicos, é preciso investir em conhecimento para obter sucesso na profissão e desenvolver mais facilmente habilidades e competências. (VALENTIM, 2002, p. 119).

5.4 Acervo e acesso: política de tratamento de informação e controle de autoridade

Assim, por meio dos questionamentos realizados obteve-se informações sobre os itens que o compunham o acervo da Biblioteca Setorial do prédio de História da UEMA, tais como: livros, periódicos, monografias e dissertações. E em relação à quantidade de itens catalogados por dia, coletou-se as seguintes informações:

“Na maioria das vezes no começo do ano a demanda é bem maior, mas normalmente é feito de 20 a 40”. (Bibliotecária 1)

“Uma média de 20”. (Bibliotecária 2)

“Isso depende da demanda”. (Bibliotecária 3)

No intuito de obter-se maiores informações sobre os procedimentos de tratamento de informação, indagou-se se a BU possuía política de tratamento de informação, e qual a rotina desse processo de tratamento.

“Não! Primeiramente o documento é inserido na lista de aquisição para depois realizar o processo de classificação e catalogação do mesmo”. (Bibliotecária 1)

“A setorial não, as usamos como base a política da Biblioteca Central. O documento é inserido na lista de novas aquisições, depois é carimbado, fazemos processo de classificação e catalogação no Pergamum”. (Bibliotecária 2)

“Na Biblioteca Central, pois aqui é setorial. Primeiro verifica-se se o documento já está inserido no sistema, se estiver é só incluir, caso não esteja deve-se fazer o cadastro no Pergamum, cataloga, carimba, etiqueta”. (Bibliotecária 3)

A política de tratamento de informação é importante para a rotina da organização, visto “que as normas para a padronização dos registros de informação desempenham papel crucial nos catálogos, pois se não houver critérios e padrões previamente definidos, o processo não atingirá o objetivo de dispor um acervo organizado” (SOUSA, 2015, p. 239). Contudo, observou-se, ao analisar as respostas dadas pelas Bibliotecárias que a BU setorial não possui uma política de tratamento de informação individual, uma vez que utiliza a da Biblioteca Central para embasar os procedimentos de representação dos materiais.

Questionou-se se era realizado algum controle de autoridade:

“Não! ”. (Bibliotecária 1)

“É feito no Pergamum, mas não temos permissão para analisar ou alterar”. (Bibliotecária 2)

“Sim, por pessoas”. (Bibliotecária 3)

Os dados coletados destacam que aparentemente a BU não realiza controle de autoridade, incitando um questionamento sobre a forma de como está sendo desenvolvido o guia eletrônico dessa BU setorial. Já que segundo Gorman *apud* Assumpção (2004, p. 21),

O controle de autoridade é central e vital às atividades que nós chamamos de catalogação. Catalogação – a reunião lógica de dados bibliográficos dentro de registros recuperáveis e utilizáveis – é aquela atividade que permite a biblioteca seguir sua missão central de servir acesso livre e aberto a todo conhecimento e informação registrada. Nós não podemos ter um serviço real de biblioteca sem uma arquitetura bibliográfica e nós não podemos ter essa arquitetura bibliográfica sem o controle de autoridade.

No entanto, a Bibliotecária 2 afirma que esse controle é feito no *Pergamum*, mas estas não têm permissão para analisar ou alterar, já que é de responsabilidade da Biblioteca Central. Diante disso, fica clara a importância do controle de autoridade para o processo de catalogação descritiva, já que o controle padroniza os processos que são

abrangidos por ela. “Nos processos descritivos da catalogação [...] o controle dos pontos de acesso que são utilizados para representar pessoas, entidades coletivas, famílias, locais geográficos, obras, expressões e séries”, permitindo a padronização e a consistência dos dados.

Ainda para coletar dados referentes ao processo de representação dos materiais, questionou-se sobre como era feito o processo de catalogação, quando, como e quem utiliza.

“Leitura técnica do documento – classificação, inserir no sistema Pergamum”. (Bibliotecária 1)

“A princípio fazemos a leitura técnica do documento para determinamos o assunto e a classificação, depois inserimos no Pergamum. Ele já vem com CDU”. (Bibliotecária 2)

“O processo é feito de acordo com a chegada dos documentos, é feito pelos bibliotecários”. (Bibliotecária 3)

Percebe-se com base nas respostas das entrevistadas que nenhuma das três responderam o questionamento relacionado a quem utiliza. Dessa forma, perguntou-se, se a Biblioteca realiza estudo de usuário.

“Não!”. (Bibliotecária 1)

“No papel não, mas por se tratar de uma unidade pequena acabamos detectando as necessidades informacionais dos usuários e os auxiliamos nas suas pesquisas”. (Bibliotecária 2)

“Muito raro aqui na setorial”. (Bibliotecária 3)

No entanto, apesar de ser uma Biblioteca Setorial, a mesma não está isenta de realizar estudo de usuário visto que, “[...] são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários [...] estão sendo satisfeitas de maneira adequada” (FIGUEIREDO, 1994, p. 7). O fato de esta BU ser setorial não diminui sua responsabilidade quanto ao acesso dos documentos e à qualidade dos serviços que são disponibilizados aos estudantes da instituição e à comunidade, pois o usuário está cada vez mais exigente e com necessidades informacionais que precisam ser supridas, as pressões para a melhoria da qualidade intensificam-se e o resultado é o interesse em priorizar o atendimento das necessidades e expectativas dos seus usuários (CORRÊA, 2014).

Em seguida, questionou-se às Bibliotecárias se a BU possuía algum tipo de catálogo, e todas responderam,

“Sim, de novas aquisições e de monografias” (Bibliotecárias)

Além desses, citaram um guia eletrônico que se encontra em desenvolvimento. Tal fato soma para a qualidade dos serviços de acesso dos documentos disponibilizados pela BU.O catálogo possui um papel importante no atendimento das necessidades informacionais dos usuários, uma vez que “veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários”. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 13). Além de influenciar na “mudança de postura do bibliotecário de modo a conscientizar-se sobre a importância de adoção de critérios de qualidade para esse processo que resultará na recuperação da informação”. (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009).

Após esses questionamentos, indagou-se se era realizada a avaliação da catalogação, além de quando e quem fazia. E obteve-se as seguintes respostas:

“Não! ”. (Bibliotecária 1)

“A bibliotecária chefe do setor de processamento técnico da Central faz uma análise dos itens do acervo mensalmente através de relatório”. (Bibliotecária 2)

“Penso que seja feito na Biblioteca Central da Instituição”. (Bibliotecária 3)

A avaliação da catalogação é um processo importante para mensurar a qualidade da informação que se encontra disponível na base de dados da instituição, uma vez que esta dispõe de parâmetros para medir o nível de relevância e confiabilidade dos dados disponíveis, isto é, se a informação está completa. No entanto, como se pode perceber, de acordo com a resposta das Bibliotecárias, não é feita essa avaliação ou acreditam que alguém da Biblioteca Central (BC) ao qual estão ligadas realiza essa atividade.

Bergengren (1978, p. 214) afirma que,

[...] é necessário tentar estimar a qualidade das informações existentes e necessárias e descobrir em que medida elas são: (a) completas: ou seja, todas, ou para ser realista, quase todas as informações dentro do campo é armazenado e disponível; (b) confiável, isto é, na maior extensão possível correta; (c) relevante, isto é, fornece uma porcentagem muito alta de ocorrências no procedimento de recuperação. Por fim, além dessas qualidades, é preciso levar em consideração o aspecto importante do acesso e a rapidez com que a informação pode ser recuperada com os meios e métodos disponíveis.

As bibliotecárias, aparentemente, acreditam que a avaliação é realizada pela Bibliotecária chefe da BC, mas estas não recebem *feedback* em relação aos itens catalogados e inseridos por elas no sistema e, por este motivo, uma das bibliotecárias entrevistada acredita não ser realizada a avaliação, conforme pode ser observado nas respostas já referidas anteriormente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um elemento indispensável para a sociedade. No entanto, faz-se ainda essencial ressaltar o desenvolvimento de métodos e instrumentos que possibilitasse a organização dos objetos, para promover o acesso a eles. Assim, a representação descritiva surge como uma forma de descrever os elementos externos dos documentos, contudo o quantitativo dos itens, nos acervos, continuava a aumentar outras formas de recuperação da informação, a fim de evitar a sua perda na massa documental. Logo, além do tratamento descritivo, tornava-se preciso, também, o tratamento temático desses documentos.

Apesar dos métodos desenvolvidos para a organização da informação, a sua produção continua a crescer e, principalmente, a ultrapassar as paredes das bibliotecas, tornando-se acessível por meio de diversos tipos de suportes com o “*boom* da internet”. Dessa forma, destaca-se a relevância da criação de novos métodos e instrumentos para sua organização, a fim de uma recuperação rápida e precisa. Quanto ao Bibliotecário, pontua-se que este, é primordial, tanto na elaboração desses métodos e instrumentos quanto na prática, visto que a realização dessa atividade lhe cabe, por se tratar de um profissional capacitado para a catalogação dos elementos. Por este motivo, ele deve se manter atualizado no intuito de acompanhar as mudanças no contexto informacional, e mesmo a forma como as informações se apresentam aos usuários.

Nas bibliotecas universitárias existem diversas fontes de informação, as quais, dadas as suas especificidades, exigem profissionais qualificados para a realização de uma catalogação que as disponibilize de forma ágil e precisa aos usuários. Nesse sentido, o propósito deste estudo foi analisar a prática do processo de catalogação realizado pelas bibliotecárias, na Biblioteca Universitária - BU, em São Luís do Maranhão. O percurso para o exercício da pesquisa buscou compreender como tal atividade é realizada e se é desenvolvida de modo consistente.

O processo de catalogação é uma atividade importante de uma biblioteca, pois “a catalogação é uma das formas encontradas para organizar e, ao mesmo tempo, recuperar o conhecimento produzido” (FLAMINO; SANTOS, 2004, p. 115). Partindo disto, destaca-se como atividade essencial do bibliotecário, para que a catalogação atinja o seu objetivo, convém que seja realizada de modo preciso e consistente.

Apesar de a catalogação ser uma operação essencial, esta perde seu valor, caso o usuário que busca a informação, não conseguir localizá-la e, conseqüentemente, acessá-

la. Segundo Redigolo (2010), um dos valores da Ciência da Informação é promover o acesso à informação, ou seja, promover a mediação entre ela e os usuários.

No caso específico dessa mediação citada pelo autor, percebeu-se que as bibliotecárias realizam o processamento técnico dos itens do acervo, porém não há como saber se estas atendem às necessidades informacionais dos usuários, por não ser realizada a avaliação dos produtos catalogados. Segundo Carvalho (1981, p. 17), é “necessária uma avaliação de seus serviços e uma posterior re-definição dos seus objetivos, com o intuito de dimensioná-los à luz de um planejamento coerente com os objetivos e atividades da própria instituição”.

Descobriu-se ainda que a Biblioteca Universitária Setorial não realiza estudo de usuário, o que implica na qualidade dos itens catalogados e, principalmente, em relação às necessidades desses usuários. Percebe-se, também, a crença de que esta biblioteca não atende a todas as necessidades informacionais dos usuários, justamente, pela ausência desse estudo. Figueiredo (1994) destaca a relevância da aprendizagem desse tipo de consumidor, já que, por meio dessas investigações, pode-se saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, bem como saber se as necessidades de informação pelos utentes de bibliotecas, ou centro de informação, estão sendo sanadas de maneira adequada.

Ressalta-se que a cada dia surgem mais informações e, com elas, as necessidades de organizá-las. Neste contexto, são desenvolvidos métodos e instrumentos para representá-los de forma precisa. Segundo Silva (2009), o bibliotecário precisa acompanhar a evolução da sociedade e dessa forma, desenvolver competências essenciais para integrar as suas habilidades de gestão, bem como as técnicas e as respectivas tecnologias, buscando sempre a constante atualização, a fim de se destacar no mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Entretanto, pode-se afirmar que as bibliotecárias não acompanham as discussões acerca das mudanças no processo de catalogação, em relação aos novos métodos e instrumentos que são desenvolvidos, como também os que se encontram em fase de desenvolvimento. E, apesar de saberem das limitações do AACR2, não se observa determinada inquietação por parte delas, no sentido de buscar mecanismos para melhoria do procedimento de catalogação dos elementos no acervo.

No que concerne à interferência tecnológica, percebeu-se que as bibliotecárias da Biblioteca Universitária Setorial são, demasiadamente, apegadas ao sistema. Tal apego pode afetar, de forma negativa, na prática em relação ao processo de catalogação

das bibliotecárias, visto que raramente recorrem ao AACR2, não utilizando mais nenhum outro tipo de instrumento para a realização dessa atividade.

Sugere-se, então, que a Biblioteca realize o estudo acerca do usuário para saber como está o nível de satisfação por parte do público, no que diz respeito às suas necessidades informacionais. Além disso, recomenda-se que a execução de avaliação dos itens catalogados, como também o levantamento dos que se encontram em desuso – ou utilizados de forma alguma - no acervo, a fim de descobrir o motivo desse ocorrido. Logo, para promover inovações tanto no perfil profissional quanto no centro de informação da instituição, propõe-se a realização de cursos de aperfeiçoamento na área de catalogação, visto que existem diversos cursos *online* na área, na modalidade EAD – os quais, inclusive, já abordam os novos instrumentos desenvolvidos.

Salienta-se ainda que o site da *Pergamum* (software utilizado pela Biblioteca Universitária) disponibiliza curso a distância de MARC21 – Formato de autoridades. Sendo assim, a diversidade de cursos ofertados para a área de catalogação é ampla e acessível pelas plataformas digitais. Torna-se significativo destacar que esta pesquisa apenas contempla a análise do processo de catalogação, em uma biblioteca universitária setorial, não obtendo aprofundamento acerca do perfil do profissional bibliotecário das demais bibliotecas universitárias, em São Luís. Partindo desses pressupostos, deixa-se em aberto para futuras pesquisas de caráter mais amplo em relação à temática.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. **A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [s.l.], v. 22, n. 50, p.176-187, 6 set. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n50p176>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/15182924.2017v22n50p176/34701>>. Acesso em: 08 dez. 2019.
- APARECIDA NETO, Eliane. **A Catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação**. 2009. 87 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/120220/284514.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **INFORMAÇÃO, CIDADANIA E SOCIEDADE NO BRASIL. Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, 1992. Anual. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_af358e8fcb_0013939.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.
- ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Controle de autoridade: definições, processos e componentes**. Londrina: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 2012. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/71213670/control-de-autoridade-definicoes-processos-e-componentes>>. Acesso em: 017 abr. 2020.
- ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)**. 2020. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2020/04/1-1-catalogacao-catalogos.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Controle de Autoridade: procedimentos e instrumentos para o controle de autoridade. Procedimentos e instrumentos para o controle de autoridade**. 2020. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2020/04/3-2-procedimentos-e-instrumentos.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- ASSUMPÇÃO, Fabrício. **O que é controle de autoridade?** 2015. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/2015/06/o-que-e-control-de-autoridade.html>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- BAPTISTA, Dulce. **Perspectivas da Catalogação como Descrição Bibliográfica e Instrumento de Recuperação da Informação**. XXII CBBB - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; Brasília DF; 2007.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos Rumos da Catalogação**. Rio de Janeiro: BGN/Brasilart, 1978.
- BERGENGREN, Göran. **Towards a total information system. Museum International**, [s.l.], v. 30, n. 3-4, p.213-217, set. 1978. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0033.1978.tb02139.x>. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000034328>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRANDT, M. B.; VIDOTTI, S. A. B. G.; SANTOS, P. L. V. A. C.; ZAFALON, Z. R. **Catálogo de metadados: descrição de metadados de negócio a partir dos princípios e objetivos bibliográficos. Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, p. 3-18, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123153>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. **Organização da informação ou organização do conhecimento**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2008, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; SALES, Rodrigo de. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In.: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 115-129.

CAFE, Ligia; BRASCHER, Marisa. Organização do Conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Informação & Informação**, [S.L.], v. 16, n. , p. 25-51, 23 dez. 2011. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16nesp.p25>. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/335/1/BrasherII2011.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. **Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação**. 2011. Disponível em: <http://eprints.relis.org/14519/1/Carlan-Eliana-Dissertacao.pdf>. Acesso: 24 ago.2019.

CARLAN, Eliane. **Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da ciência da informação**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf. Acesso em: 4 jun. 2020.

CARVALHO, M. C. R. de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: Edições UFC; Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1981. 72 p.

CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista. **RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA):: uma análise dos elementos centrais**. 2013. 106 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da. Percurso histórico da Catalogação, 2017. Notas de Aula. slide.

CORRÊA, Janice Moser. **Estudo de usuários da biblioteca da faculdade de biblioteconomia e comunicação da UFRGS**. 2014. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/152966>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo descritiva no século XXI: um estudo sobre o rda**. 2008. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

DAHLBERG, I. **Teoria do Conceito**. Ciência da Informação, v.7, n.2, p.101-107. 1978.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007.

DODEBEI, Vera. **Memória e conhecimento: oralidade, visualidade e reprodutibilidade no fluxo da informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2009.

ESPÍNDOLA, Priscilla LÜdtke. **A influência do BIBFRAME para visibilidade dos dados bibliográficos**. 2018. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/a_influencia_do_bibframe_para_1568900489299_1439.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

ESPÍNDOLA, Priscilla LÜdtke. **A influência do BIBFRAME para visibilidade dos dados bibliográficos**. 2018. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/a_influencia_do_bibframe_para_1568900489299_1439.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

ESTIVILL-RIUS, A. **New Cataloguing rules: steps toward a promising but uncertain future**. Analisis de tendencias en informacion y documentacion, p. 162-167, 2011.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Estudos de usos e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154. p.

FLAMINO, A.N.; SANTOS, P.L.V.A.C. **MARC21 e XML como ferramentas para consolidação da catalogação cooperativa automatizada: uma revisão de literatura**. In: VIDOTTI, Ap.B.G. (coord). **Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas**. São Paulo: Polis, 2004. p. 114-138.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. **O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária**. *DataGramZero*, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6489>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE RANGANATHAN: princímarialuiza de almeida campos pios para a organização de domínios do conhecimento. In: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela (org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**. São Paulo: Febab, 2016. p. 109-125. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/24537242/as-contribuicoes-de-ranganathan>. Acesso em: 5 maio 2020.

GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **REVISITANDO RANGANATHAN: a classificação na rede**. A CLASSIFICAÇÃO NA REDE. 2006. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/revisitando/revisitando.htm#canones>. Acesso em: 5 maio 2020.

GORMAN, M. **Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment**. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 38, n. 3/4, p.11-22, 2004.

HUDSON. **Descrição Bibliográfica**. 2009. Disponível em: <http://hudson-tudao.blogspot.com/2009/06/descricao-bibliografica.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

IFLA. Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

IFLA. Statement of international cataloguing principles. Den Haag: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11015>. Acesso em: 19 jun. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA). STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. *Functional requirements for bibliographic records: final report*. UBCIM Publications - New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <www.ifla.org>. Acesso em: 16 ago. 2006.

LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfine; EGGERT-STEINDEL, Gisela (Org.). *As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios*. São Paulo: FEBAB, 2016. 222p. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/689>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MACHADO, R. S.; ZAFALON, Z. R. **Os cânones e os princípios da catalogação, e os princípios do rda: aproximações e rupturas.**, p. 412-418, . Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125344>>. Acesso em: 02 out. 2020.

MACHADO, Raquel Bernadete; BRIGIDI, Fabiana Hennies. **Controle de autoridades de nomes pessoais: relato de experiência do SIBI/UFSC**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES (9.: Rio de Janeiro : 2013); ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES (2. : Rio de Janeiro : 2013). Disponível em: <<http://www.abinia.org/catalogadores/27-184-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. **Aspectos da Catalogação e do RDA: contribuições teóricas da literatura nacional e internacional**. *Encontros*

Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s.l.], v. 22, n. 49, p.89-101, 9 maio 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p89>.

MARANHÃO, Ana Maria Neves; MENDONÇA, Maria de Lourdes dos Santos. **MARC 21:** formato bibliográfico. Formato Bibliográfico. Divisão de Bibliotecas e Documentação - PUC-Rio. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MARANHÃO, Bibliotecas do (ed.). **Biblioteca Setorial de História da UEMA.** [2017]. Disponível em: <https://bibliotecasma.org/universitarias/biblioteca-setorial-de-historia-da-uema/>. Acesso em: 8 set. 2019.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural.** Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Breve histórico dos catálogos e da catalogação.** In: _____. Introdução à catalogação. Cap. 2, p. 12-35. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Descrição bibliográfica.** In: _____. Introdução à catalogação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. cap. 4.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2020. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/organizar/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MODESTO, Fernando. SE A RDA É AGNÓSTICA, SERÁ O CATALOGADOR ATEU?. 2013. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=738>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel ÁngelMárdero. **Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação.** *Rdbci:* Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [s.l.], v. 3, n. 1, p.20-38, 30 set. 2005. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v3i1.2052>.

MUELLER, S. P. M. **Perfil do bibliotecário: serviços e responsabilidades na área da informação e formação profissional.** Revista Biblioteconomia e Documentação, Brasília, v. 17, n. 1, p. 63-70, jan./jun. 1989. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/07/pdf_aa5a44ef6f_0017684.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

NASCIMENTO, Lucia Lima do; PINTO, Valdir Batista; VALE, Helena Cristina Pimentel do. **O livro, a biblioteca e leitura: conhecer o passado para entender a (r) evolução tecnológica.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Artigo.** Florianópolis: Febab, 2013. p. 1-9. Disponível em: <http://repositorio.febab.libertar.org/items/show/2312>. Acesso em: 05 maio 2020.

INTERNATIONAL Standard Bibliographic Description (ISBD). Preliminary consolidated edition. München: K.G. Saur, 2007. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/isbd/isbd-cons_2007-en.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

REDIGOLO, Franciele Marques. **O PROCESSO DE ANÁLISE DE ASSUNTO NA CATALOGAÇÃO DE DOCUMENTOS**: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de biblioteca universitária. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/redigolo_fm_me_mar.pdf. Acesso em: 8 jul. 2020.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002. Brasília: Ed. do Autor, 2003. 1 v.

RIZZI, Iuri Rocio Franco. AS CINCO LEIS DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL. In: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela (org.). **AS CONTRIBUIÇÕES DE RANGANATHAN PARA A BIBLIOTECONOMIA REFLEXÕES E DESAFIOS**. São Paulo: Febab, 2016. p. 5-217. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/As_contribuicoes_de_Ranganathan.pdf. Acesso em: 7 jan. 2020.

SALGADO, Denise Mancera. **O controle de autoridade sob a norma RDA**: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19012016-105319/pt-br.php>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SANTA ANNA, Jorge; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Representação documentária em diferentes bibliotecas: o tratamento informacional como um processo plural. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 61-75, dez./mar., 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1151/pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

SERRA, Liliana Giusti. **Palestra 5 - Software SophiA e a catalogação de acordo com o RDA**. 2020. (116m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q4yKSgF4cKo&t=1050s>>. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, Luciana Candida da. **Competências essenciais exigidas do bibliotecário frente ao desafios da sociedade da informação**: um estudo dos profissionais de gôiania-go. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4258/1/2009_LucianaCandidadaSilva.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

SILVA, M.A; MOREIRA, W. **Relações conceituais em ontologias e linguagens documentárias: análise de periódicos qualis A1 de Ciência da Informação**. 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/silva-m.a.-moreira-w..pdf>. Acesso: 29 jun.2019.

SILVA, Renata Eleuterio da; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)**: considerações sobre o

modelo e sua implementabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 116-129, jun. 2012. Semestral. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/214>. Acesso em: 4 set. 2019.

SOUSA, B. P. de. **Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 26, 2015. Trabalhos apresentados... São Paulo: FEBAB, 2015. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/508/427>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Recursos Humanos na Gestão do Conhecimento**. Disponível em: <http://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/images/9/92/Artigo5.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

TONIAZZO, Neoremi de Andrade. **Didática: a teoria e a prática na educação**. Disponível em: < http://www.famper.com.br/site/arquivos/mundo-contemporaneo/neoremi_06.pdf> Acessado em: 18 jan. 2020.

VALENTIM, M. L. P. **Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação**. In: _____. (Org.). O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000a. cap. 7, p. 135-152.

VALENTIM, M. L. P. **O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional**. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia, Florianópolis, n. 9, p. 16-28, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_a0fe765af4_0011488.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

VALENTIM, Marta Lígia. **Formação: competências e habilidades do profissional da informação**. In: _____. Formação do profissional da informação. São Paulo: Pólis, 2002. p. 117-132(Coleção palavra-chave, v.13)

VIEIRA, K. C. **Processamento técnico: uma perspectiva histórica**. 1999. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1999.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação profissional do bibliotecário. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 13, n. 25, 1. sem. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p84>>. Acesso em: 25 abr. 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2008v13n25p84

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001. 197 p.

ZORRINHO, C. **Gestão da Informação**. Condição para Vencer. Lisboa: Iapmei:1995.

APÊNDICE

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perfil do profissional bibliotecário:

1. Quantos anos de formação?
2. Quantos anos exerce na área?

Representação Descritiva: apreensão, aplicação e dificuldades

3. Como foi primeiro contato com a disciplina, e como se deu o processo de apreensão?
4. Sente dificuldade no processo de catalogação? Se sim, quais?

Catalogação: normas, padrões e instrumentos utilizados na Biblioteca

5. Qual o sistema de gestão que a biblioteca utiliza? Quais vantagens e desvantagens?
6. Quais instrumentos utilizados no processo de catalogação?
7. Qual sua opinião sobre os novos padrões, normas e formatos desenvolvidos? Cite alguns.
8. Qual sua opinião sobre o AACR2 e o RDA?
9. Já ouviu falar de FRBR e BIBFRAME?

Acervo e acesso: política de tratamento de informação e controle de autoridades.

10. Quais materiais compõem o acervo?
11. Quantos itens são catalogados por dia?
12. A Biblioteca possui política de tratamento de informação?
13. Qual a rotina do processo de tratamento da informação?
14. É realizado algum controle de autoridades? (Pessoa, entidade)
15. Como é feito o processo de catalogação? Quando faz? Como faz? Quem utiliza?
16. Realiza estudo do usuário?
17. A biblioteca possui algum tipo de catálogo?
18. É feita avaliação da catalogação? Quando faz? Quem faz?